



Destiques

JULHO 2013

Copyright © 2013 - Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social – SECOM.

Publicação de cunho informativo e de prestação de serviço. Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução total ou parcial da publicação e de informações nela contidas, desde que citada a fonte.

Seu conteúdo não pode ser alterado. As informações aqui divulgadas, sem menção à fonte, são obtidas diretamente de ministérios e instituições da Administração Federal. Informações de origem diversa são veiculadas mediante citação da fonte.

Versão eletrônica disponível no sítio: <http://www.planalto.gov.br>

Contato: destaques.secom@planalto.gov.br

Foto de capa: Roberto Stuckert Filho/PR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social.

Destaques / Secretaria de Comunicação Social. – Ano VI, n. 2 (mar./jun. 2013). –
Brasília: SECOM, 2013.

v. : il. – Quadrimestral.

Título anterior: Destaques: ações e programas do Governo Federal.

1. Programa de Governo. 2. Política. I. Título

índice

4 Apresentação

5 Brasil em Números

6 Brasil em números

10 Cenário econômico

13 Gestão em Destaque

14 Erradicação da pobreza

42 Grandes eventos esportivos

18 Infraestrutura

45 Minha Casa Minha Vida

22 Direitos e cidadania

47 Apoio à produção agropecuária

25 Desenvolvimento econômico

51 Ações de enfrentamento à seca

31 Saúde

53 Viver sem Violência

36 Educação

55 Relação federativa

40 Segurança

57 Brasil e o Mundo

62 Agenda Normativa

Esta edição do Destaques, a segunda de 2013, apresenta os programas lançados entre março e junho do corrente ano, bem como organiza informações e resultados sobre as ações prioritárias do Governo Federal nos 30 meses da atual gestão.

O perfil dos municípios brasileiros, como traçado pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do IBGE, é sintetizado na primeira parte do capítulo Brasil em Números, mostrando que, embora persistam diferenças relevantes por tamanho populacional, houve avanços importantes nos instrumentos de gestão e na estrutura disponível para execução de políticas pelos municípios brasileiros. Também neste capítulo, o Cenário Econômico apresenta um balanço da conjuntura econômica recente, explicitando que, ao encerrar o primeiro semestre de 2013, o emprego com carteira assinada continua crescendo e o desemprego permanece entre os menores patamares da série histórica; a inflação iniciou trajetória de redução, devendo encerrar 2013 dentro da meta pelo décimo ano consecutivo; e a solidez fiscal brasileira se confirma em vários indicadores.

Os resultados acumulados pelo Brasil sem Miséria em seus dois primeiros anos constam do capítulo Gestão em Destaque, assim como o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, com destaque para a disponibilização, até junho, de R\$ 89 bilhões para investimentos em transporte coletivo, em benefício da população de 100 cidades de médio e grande porte. Além do balanço das políticas de saúde, este capítulo traz também informações sobre o Mais Médicos, iniciativa cujo propósito é ampliar a oferta de profissionais no território brasileiro, combinando ações de impacto imediato para reduzir os vazios assistenciais hoje existentes, com outras que, no médio prazo, aumentarão as vagas para formação de médicos no Brasil. As ações de estímulo ao investimento produtivo e as de apoio ao agronegócio e

à agricultura familiar na safra 2013/2014 também constam deste capítulo, além das medidas do Plano Safra do Semiárido. A execução do Minha Casa Minha Vida continua em ritmo acelerado, com 1,24 milhão de moradias entregues e mais 1,5 milhão contratadas até junho de 2013. O êxito na implementação do programa incentivou a ampliação de sua meta total e o lançamento do Minha Casa Melhor, linha de crédito em condições diferenciadas para a compra de móveis e eletrodomésticos pelos beneficiários do Minha Casa Minha Vida. A seção traz ainda um balanço das ações de combate aos efeitos da seca no semiárido e das novas medidas de fortalecimento das parcerias com estados e municípios. Apresenta, por fim, o Programa Mulher: Viver sem Violência, que tem como objetivo fortalecer a capacidade do Estado de apoiar as brasileiras vítimas de violência.

A intensa agenda multilateral e bilateral realizada no quadrimestre março a junho de 2013 é descrita no capítulo Brasil e o Mundo. Destaca-se, neste período, a crescente presença de brasileiros à frente de organismos internacionais, bem como a intensificação de ações consulares de apoio a migrantes.

Finalmente, no capítulo Agenda Normativa são apresentados os principais atos normativos implementados no período, cujo texto legislativo integral pode ser encontrado em <http://www.planalto.gov.br/legislacao>.

Os editores do Destaques agradecem o apoio de todos órgãos do Governo Federal que forneceram as informações contidas nesta publicação. Críticas e sugestões podem ser enviadas para o e-mail destaques.secom@planalto.gov.br e muito contribuirão para o aperfeiçoamento da publicação.

Boa leitura,
Equipe do Destaques



Brasil em Números

Perfil dos municípios brasileiros em 2012

Desafios de gestão e estrutura das cidades para atender a população

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais foi realizada entre maio e dezembro de 2012, nos 5.565 municípios existentes no País até dezembro de 2011. Em sua 10ª edição, a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) analisou a oferta e a qualidade dos serviços públicos diante da capacidade dos gestores municipais em atender suas populações.

PESSOAL OCUPADO

Em 2012, 6,3 milhões de pessoas estavam ocupadas na administração pública municipal e do Distrito Federal, equivalente a 3,2% da população. Desse total, 95,3% estavam vinculados à administração direta e 4,7% à administração indireta.

Esse número representa crescimento de 31,7% em relação a 2005, quando 4,8 milhões de pessoas ocupavam esses cargos, ou 2,6% da população.

O maior crescimento médio foi constatado nos municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes (46,4%) e o menor nos municípios entre 5 mil e 10 mil habitantes (14,7%).

LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

O Estatuto da Cidade prevê a participação social na gestão da política urbana dos municípios por meio dos conselhos municipais de política urbana. Em 2012, 1.231 municípios possuíam conselho instalado, crescimento de 68,3% em relação a 2005, quando 731 municípios contavam com conselhos.

Já o Plano Diretor, instrumento básico da política urbana, existia em 2.658 cidades (47,8% do total), frente a 805 municípios (14,5%) em 2005.

De acordo com a pesquisa, 91,9% dos municípios possuíam algum dos instrumentos de política urbana:

- 70,6% dos municípios possuíam Código de Posturas;
- 69,3% dos municípios contavam com Lei de Perímetro Urbano;
- 54,6% tinham Código de Obras;

- 40,3% possuíam Lei de Zoneamento ou Uso e Ocupação do Solo.

RECURSOS PARA A GESTÃO MUNICIPAL

A modernização dos instrumentos de controle da arrecadação municipal foi verificada por meio da informatização dos cadastros de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) existente em 84,9% dos municípios e do Imposto Sobre Serviços (ISS), informatizado em 81,9% das cidades.

Outras taxas importantes para aumentar a arrecadação foram cobradas em 92% dos municípios brasileiros:

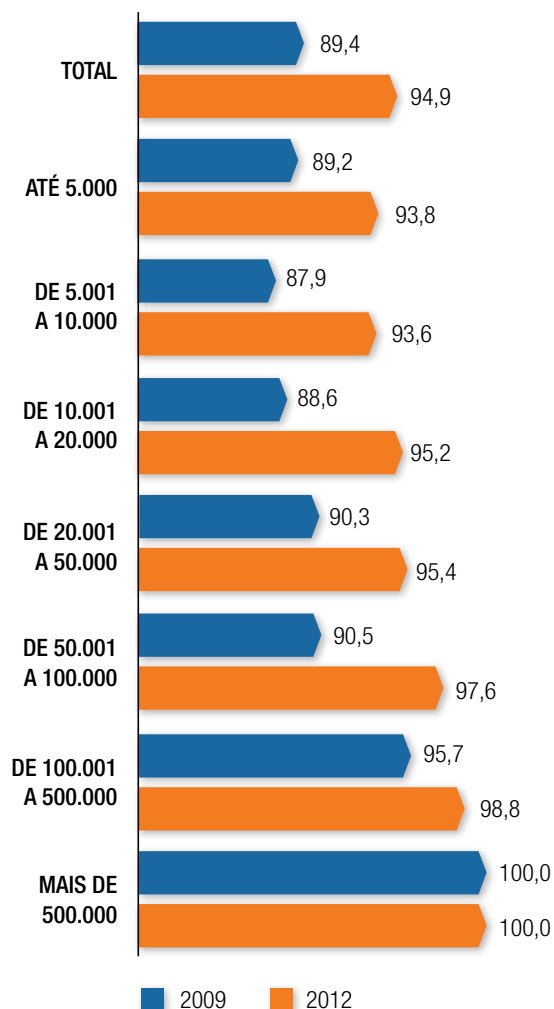
- **73,8%** – taxa de iluminação pública;
- **51,6%** – taxa de poder de polícia;
- **50,7%** – taxa de coleta de lixo;
- **41,3%** – taxa de limpeza pública;
- **4,8%** – taxa de incêndio.

COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Todos os municípios possuíam computadores na administração direta, possibilitando a gestão mais eficiente de recursos disponíveis, informações rápidas para a tomada de decisões e para prestar contas à sociedade. Em 99,8% desses municípios os computadores possuíam acesso à internet.

- 95% dos municípios disponibilizavam alguma forma de atendimento a distância, frente a 94,2% em 2009.
- 74,5% dos municípios possuíam página na internet, ante 60% em 2009 e 48,1% em 2006. Em 11,2% dos municípios a página da internet era acessível a pessoas com deficiência.
- 90,5% dos municípios informaram desenvolver política ou plano de inclusão digital em 2012, frente a 52,9% dos municípios em 2006.

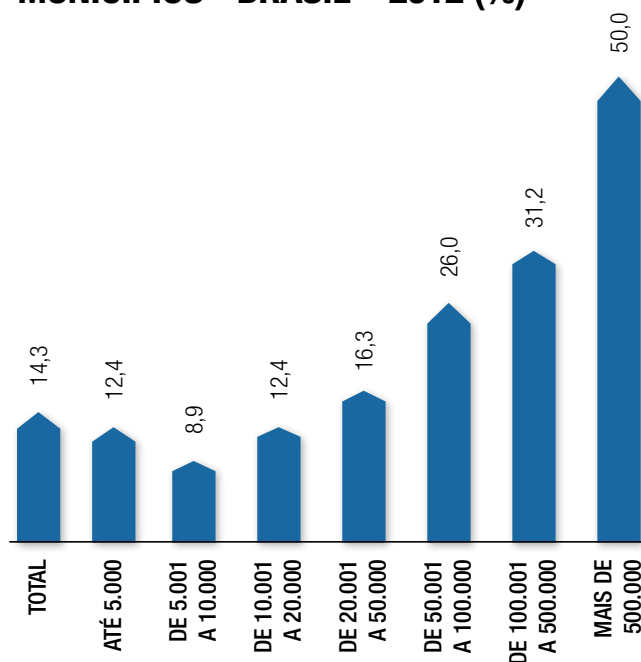
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS COM COMPUTADORES EM REDE, SEGUNDO AS CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - BRASIL – 2009/2012



FONTE: IBGE, DIRETORIA DE PESQUISAS, COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS, PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS 2009/2012.

- 76,8% das cidades contavam com computadores na rede pública municipal de ensino, com acesso à internet, para a utilização de alunos e professores, comparados a 61,8% em 2006.
- Em 795 municípios, a prefeitura garantia o acesso à internet via conexão *wi-fi*, na maioria deles de forma gratuita (744), a maior parte nas Regiões Sudeste (263), Nordeste (190) e Sul (180). Cerca de 50% desses municípios tinham mais de 500 mil habitantes.

MUNICÍPIOS COM ACESSO POR REDE *WI-FI*, GARANTIDO PELA PREFEITURA, SEGUNDO AS CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - BRASIL – 2012 (%)



FONTE: IBGE, DIRETORIA DE PESQUISAS, COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS, PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS 2012.

TRANSPORTE

O transporte coletivo é de responsabilidade dos municípios, sendo um serviço que influencia diretamente a qualidade de vida da população das cidades. Em 2012, 74,3% dos municípios possuíam órgão gestor responsável pela política de transporte.

- Este percentual se eleva para 90,5% nos municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes e para 94,4% nos municípios com população entre 100 e 500 mil habitantes.
- Todos os municípios acima de 500 mil habitantes possuem órgão gestor da política de transporte.
- 76,3% dos municípios com população superior a 500 mil contavam com Conselho de Transporte e 47,4% com Fundo de Transporte.
- 55,3% das cidades com população superior a 500 mil possuíam Plano Municipal de Transporte e em 28,9% delas o Plano estava em elaboração.



TIPOS DE TRANSPORTE - 2012 (% POR MUNICÍPIO):

85,8% possuíam serviço de transporte por ônibus intermunicipal (84,7% em 2009);

83,5% dispunham de serviços de táxi (80,8% em 2009);

67,7% tinham serviços de transporte por van (66,7% em 2009);

55,3% possuíam serviço de mototáxi (53,9% em 2009);

38% tinham transporte coletivo realizado por ônibus municipal (36,3% em 2009);

11,5% tinham transporte coletivo realizado por barco (11,3% em 2009);

2,5% dispunham de serviço de transporte coletivo feito por trem (3% em 2009);

0,3% com serviços de metrô, mesmo percentual em 2009.

OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DISPONÍVEIS PARA O PÚBLICO APRESENTAM A SEGUINTE DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL:

- 97%** possuíam biblioteca pública;
- 89,4%**, estádio ou ginásio;
- 80,7%**, *lan house*;
- 59,3%**, rádio comunitária;
- 57,4%**, provedor de internet;
- 39,5%**, unidade de Ensino Superior;
- 38,3%**, estação de rádio FM;
- 33,9%**, centro cultural;
- 25,2%**, livreria;
- 25%**, museu;
- 22,4%**, teatro;
- 10,7%**, cinema.

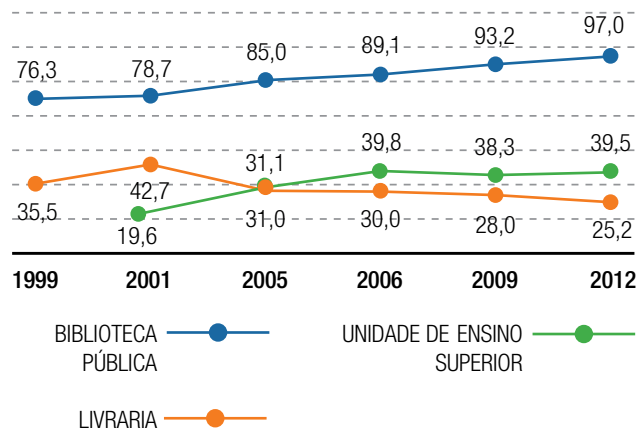
CULTURA

A existência e o funcionamento dos Conselhos de Cultura possibilitam a participação da sociedade na construção e no monitoramento das políticas. Em 2012, 32,3% dos municípios possuíam Conselhos instalados:

- 97,4% dos municípios com mais de 500 mil habitantes possuíam conselho.
- 48% dos municípios das regiões Sudeste e Centro-Oeste tinham conselho.
- 24,2% dos conselhos haviam realizado reunião nos últimos 12 meses.

Além disso, 31,2% dos municípios possuíam legislação de proteção ao patrimônio cultural (17,7% em 2006), 29,9% possuíam legislação de proteção ao patrimônio material (17,1% em 2006) e 9,8% possuíam legislação de proteção ao patrimônio imaterial (2,5% em 2006).

PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM BIBLIOTECA PÚBLICA, UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR E LIVRARIA – BRASIL – 1999/2012



ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se organiza de forma descentralizada, com gestão local da política em todos os municípios. Em 72,6% das cidades a Secretaria Municipal de Assistência Social era exclusiva (59% em 2005), 21,1% possuíam Secretaria conjunta ou subordinada a outras políticas, em 6,2% o órgão gestor era subordinado a outra Secretaria ou ao Executivo, e em 0,1% era fundação pública. Nos municípios, 83,8% dos gestores de assistência social eram mulheres e 66,4% tinham Ensino Superior completo.

- Em 2012, 99,3% dos municípios possuíam Conselho Municipal de Assistência Social.
- 97,4% das cidades tinham Fundo Municipal de Assistência Social.
- 99,3% dos municípios ofertavam serviços socioassistenciais, frente a 98,6% em 2009. Todos os municípios com mais de 50 mil habitantes estão neste grupo.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Em 2012, 39,3% dos municípios tinham estrutura organizacional para tratar de política de segurança alimentar e nutricional:

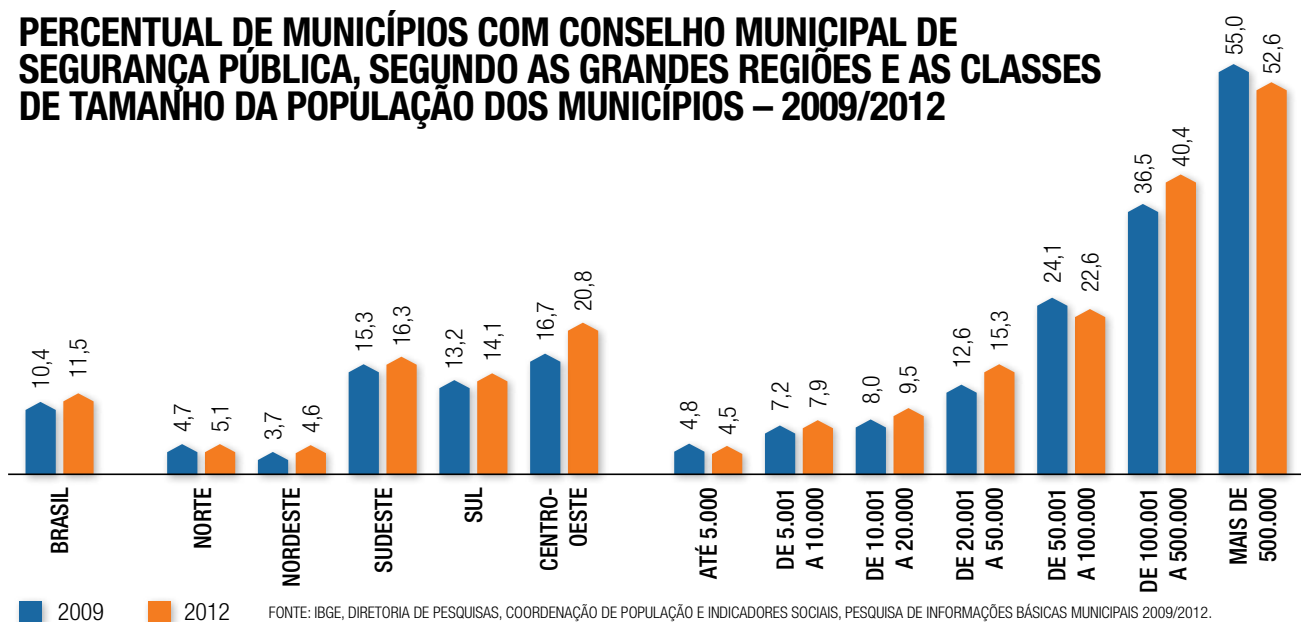
- 27,1% possuíam Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.
- 17,7% possuíam Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

SEGURANÇA E JUSTIÇA

Em 2012, 11,5% dos municípios possuíam Conselho Municipal de Segurança (10,4% em 2009) e 99,3% possuíam Conselho Tutelar (98,3% em 2009).

A Guarda Municipal estava organizada em 17,8% dos municípios (15,5% em 2009) e o percentual de municípios com alguma unidade de Defesa Civil era de 66,3% (59,3% em 2009). Já a existência de alguma unidade do Corpo de Bombeiros foi verificada em 15,9% dos municípios (14,2% em 2009).

PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS COM CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E AS CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – 2009/2012



MEIO AMBIENTE

Em 2012, 88,5% dos municípios possuíam algum órgão para tratar do tema meio ambiente, sendo que 55,4% contavam com legislação ambiental específica (42,5% em 2002). O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente estava instituído em 63,7% das cidades (56,3% em 2009) e 37,2% possuíam Fundo Municipal de Meio Ambiente (29,6% em 2009).

- Dos municípios que contam com o Fundo, 37,3% informaram financiamento de ações e projetos na área de

meio ambiente nos 12 meses anteriores à pesquisa.

A existência de Plano de Contingência ou Emergência para desastres ambientais foi informada por 11,8% dos municípios e 67,4% participavam de Comitê de Bacia Hidrográfica (61,1% em 2009).

Já 24,4% dos municípios informaram ter áreas destinadas à conservação da natureza nos seus limites, frente a 17,1% em 2002.

Inflação sob controle e robustez fiscal

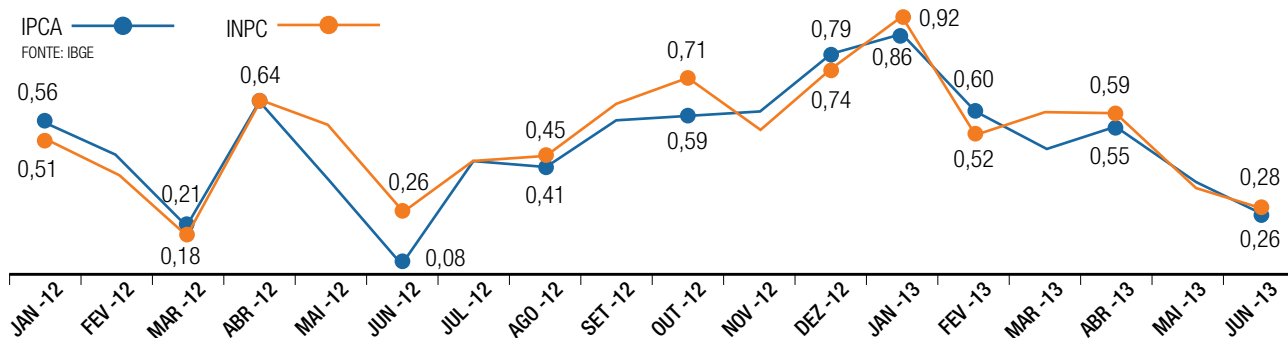
Índices de preços apresentam tendência de queda e manutenção de superávits primários permite diminuição da dívida pública

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS

Ao longo do primeiro semestre de 2013 os índices de preços assumiram uma tendência de queda. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) variou 0,26% em junho, após alcançar 0,86% em janeiro de 2013.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) registrou variação de 0,28% em junho, após atingir 0,92% em janeiro de 2013. No acumulado de 2013, os índices alcançaram, respectivamente, 3,15% e 3,30%.

EVOLUÇÃO MENSAL DO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) E DO ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (INPC) – JANEIRO/2012 A JUNHO/2013



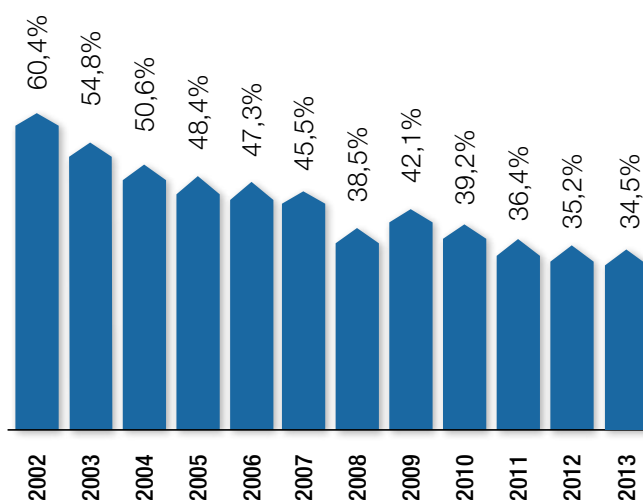
ROBUSTEZ FISCAL

O superávit primário do setor público consolidado (Governo Central, governos regionais e empresas estatais) foi de R\$ 52,2 bilhões no primeiro semestre de 2013 correspondendo a 2,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Já o superávit do Governo Central – que inclui, além do Governo Federal, o Banco Central e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – correspondeu a R\$ 33,7 bilhões (1,46% do PIB).

A manutenção de superávits primários sucessivos tem permitido uma queda consistente do endividamento público. Em junho de 2013, a dívida líquida do setor público correspondia a 34,5% do PIB.

A maior robustez fiscal do Estado brasileiro é confirmada também pelo fato dos três maiores grupos de despesas do Governo Central – previdência, despesas com pessoal e despesas com juros da dívida pública – permanecerem sob controle. O mais importante é que todas devem alcançar, em 2013, patamares inferiores aos anos precedentes.

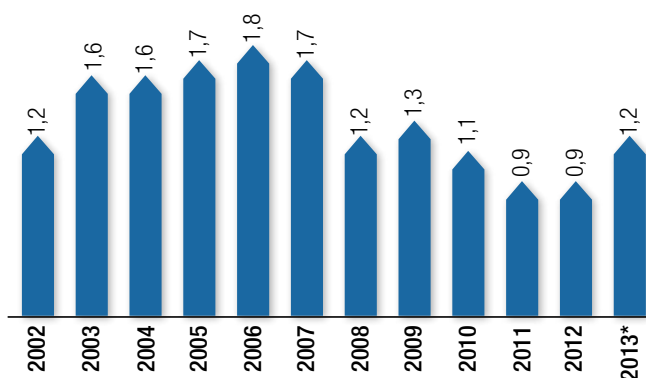
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB) – 2002 A 2013



FONTE: BANCO CENTRAL E MINISTÉRIO DA FAZENDA

Nos últimos anos, a necessidade de financiamento do Regime Geral da Previdência Social tem se mantido em patamar inferior ao da década passada. Em junho de 2013, alcançou 1,2% do PIB.

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (% DO PIB) – 2002 A 2013



FONTE: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

* ACUMULADO EM 12 MESES ATÉ JUNHO

No período de janeiro a maio de 2013 as despesas com pessoal e encargos sociais corresponderam a 4,2% do PIB. Na comparação com 2002, essas despesas devem se reduzir em 0,6 pontos percentuais (p.p.) como proporção do PIB em 2013.

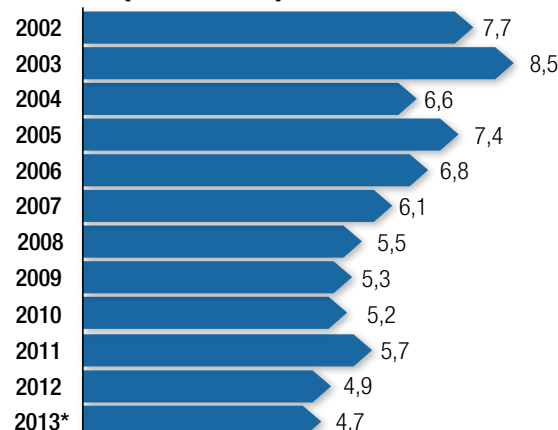
DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (% DO PIB) – 2002 A 2013



FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA * PROJEÇÃO

As despesas líquidas com juros da dívida pública devem alcançar, em 2013, a menor taxa dos últimos anos, situando-se em 4,7% do PIB.

DESPESAS COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA (% DO PIB) – 2002 A 2013



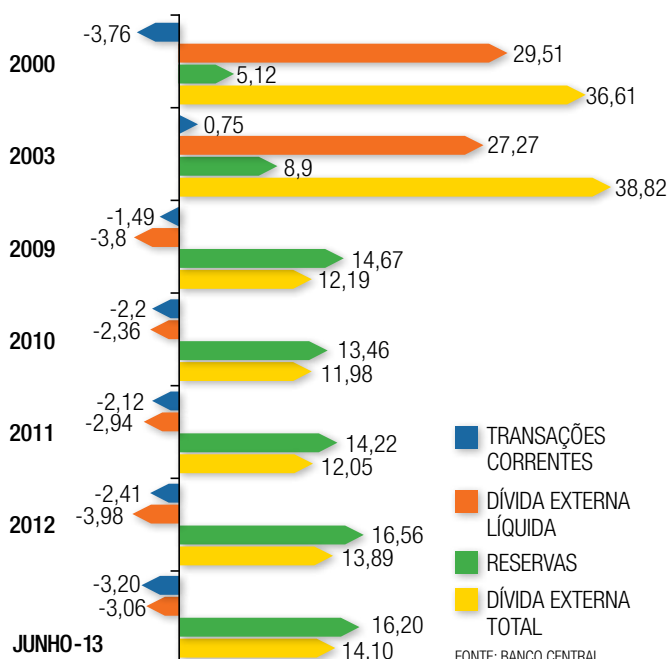
FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA

* PROJEÇÃO

SETOR EXTERNO

Os principais indicadores de vulnerabilidade externa têm apresentado melhoras consistentes nos últimos anos. Em 2000, enquanto a dívida externa total representava 36,6% do PIB, as reservas internacionais correspondiam a 5,1% do PIB. Em junho de 2013, a dívida externa total foi reduzida para 14,1% do PIB, enquanto as reservas internacionais passaram para 16,2% do PIB. Já a dívida externa líquida passou de 29,5% em 2000 para 3,1% em junho de 2013, como proporção do PIB.

INDICADORES DE VULNERABILIDADE EXTERNA (% DO PIB)



FONTE: BANCO CENTRAL

O ingresso líquido de investimentos estrangeiros diretos (IED) no Brasil continua elevado, acumulando até junho US\$ 30 bilhões, dos quais US\$ 19,1 bilhões referem-se ao aumento de participação em capital de empresas e US\$ 10,9 bilhões a empréstimos intercompanhias. O IED acumulado em 12 meses atingiu US\$ 65,6 bilhões (2,87% do PIB).

ATIVIDADE ECONÔMICA E EMPREGO

No primeiro trimestre de 2013, o Produto Interno Bruto a preços de mercado cresceu 0,6% em relação ao trimestre anterior, na série com ajuste sazonal. Este resultado foi influenciado, positivamente, pelo desempenho do Setor Agropecuário, que cresceu 9,7% no período. A formação bruta de capital fixo cresceu 4,6%, após ter alta de 1,3% no último trimestre de 2012. De fato, os investimentos vêm se recuperando, indicando uma melhora no perfil de crescimento.

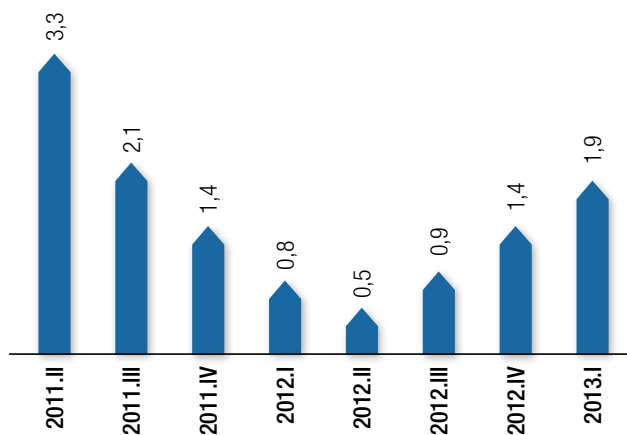
Em quatro trimestres, o PIB acumula alta de 1,2%. Nos componentes da oferta, destaque para a agropecuária, que apresentou crescimento de 3,9%.

Para 2013, a sexta estimativa do IBGE para a safra de cereais, leguminosas e oleaginosas é de 185,7 milhões de toneladas, 14,7% superior à safra recorde de 2012.

Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o PIB vem apresentando taxas crescentes, atingindo 1,9% no primeiro trimestre de 2013.

Nos primeiros meses de 2013, a produção industrial alternou resultados negativos e positivos, acumulando crescimento de 1,7% até maio.

VARIAÇÃO DO PIB ENTRE O SEGUNDO TRIMESTRE DE 2011 E O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2013 - %



FONTE: IBGE

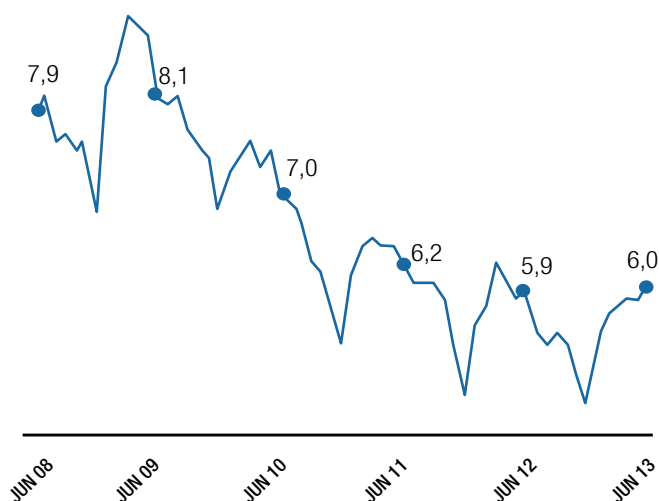
Destaca-se o setor de bens de capital, que acumulou crescimento de 13,3% no ano e de 12,5% em relação ao mesmo mês de 2012.

As vendas no comércio varejista continuam em expansão e acumulam nos 12 meses encerrados em maio aumento de 6,1%. No mesmo sentido, o comércio varejista ampliado continua em expansão, registrando aumento de 7,6% no mesmo período.

O mercado de trabalho continua apresentando resultados robustos, com continuidade da geração de empregos formais e crescimento da renda real dos trabalhadores. No primeiro semestre de 2013, foram criados 826,2 mil empregos formais, crescimento de 2,1% em relação a dezembro de 2012. Entre janeiro de 2011 e junho de 2013 foram gerados 4,4 milhões de postos de trabalho, crescimento de 10,1% no período.

A taxa de desemprego medida pelo IBGE nas seis regiões metropolitanas pesquisadas permanece em patamares baixos, registrando 6,0% em junho, taxa próxima à verificada no mesmo período de 2012. A formalização do mercado de trabalho mantém-se ascendente. Em junho, o número de ocupados com carteira assinada cresceu 3,2% em relação a junho de 2012, enquanto o número de trabalhadores sem carteira recuou 9,9% no mesmo tipo de comparação. O rendimento médio real dos trabalhadores apresentou crescimento de 0,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO EM SEIS REGIÕES METROPOLITANAS JUNHO/2008 A JUNHO/2013



FONTE: PME/IBGE.

NOTA: AS SEIS REGIÕES METROPOLITANAS PESQUISADAS SÃO BELO HORIZONTE, PORTO ALEGRE, RIO DE JANEIRO, RECIFE, SALVADOR E SÃO PAULO.

Gestão em Destaque



Brasil sem Miséria: 2 anos de benefícios à população extremamente pobre

Superada a marca de meio milhão de beneficiários do Brasil sem Miséria em cursos de qualificação profissional do Pronatec

GARANTIA DE RENDA

Desde o lançamento do Plano Brasil sem Miséria, em junho de 2011, 22 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza do ponto de vista da renda.

O Bolsa Família foi aprimorado com a inclusão de gestantes e nutrízes como beneficiárias; com a ampliação de três para cinco do limite de benefícios variáveis recebidos por filhos até 15 anos, gestantes e nutrízes; e com a criação do benefício para superação da extrema pobreza.

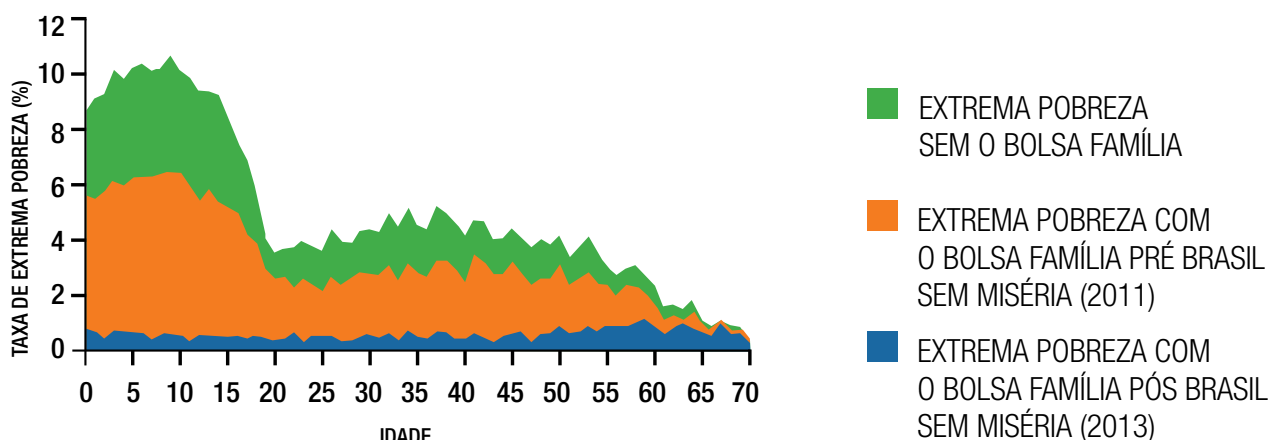
Deste modo, garantiu-se a todas as famílias inscritas no Cadastro Único renda familiar *per capita* acima de R\$ 70 por mês, além de atenção especial à criança e ao adolescente.

Busca Ativa

Um dos grandes desafios do Brasil sem Miséria é buscar as famílias em situação de extrema pobreza que ainda estão fora da rede de proteção social. Para isso, foi criada a estratégia da Busca Ativa, que já garantiu, até maio de 2013, o cadastro e a inclusão de 895,2 mil famílias extremamente pobres no Bolsa Família.

Até 2014, a meta é garantir o cadastro e a inclusão de mais 604,8 mil famílias no programa Bolsa Família, chegando-se ao total de 1,5 milhão de famílias atendidas.

TAXA DE EXTREMA POBREZA POR FAIXA ETÁRIA



BRASIL CARINHOSO

Em junho de 2013, cerca de 4,8 milhões de famílias com crianças de 0 a 6 anos foram beneficiadas com repasses de R\$ 410,4 milhões. Com a medida, lançada em maio de 2012, a redução da extrema pobreza entre crianças de 0 a 6 anos chegou a 62%.

Gestantes e nutrízes: em junho de 2013, 146,7 mil gestantes receberam o benefício variável do Bolsa Família sob condição de realizarem o pré-natal de forma adequada. Receberam o benefício, também, 124,9 mil nutrízes, assegurando melhores condições de alimentação e saúde às mães e aos recém-nascidos. No mês, foram atendidas 52,9 mil gestantes pelas equipes municipais de atenção básica. De janeiro a junho de 2013, foram atendidas 176,7 mil gestantes.

Suplementação de sulfato ferroso: até maio de 2013, 1,4 milhão de crianças de 6 a 24 meses foram atendidas com o suplemento.

Suplementação de vitamina A: até 17 de julho de 2013, cerca de 1,9 milhão de crianças entre 6 meses e 5 anos incompletos receberam a megadose de vitamina A. No Nordeste, foram administradas 1,3 milhão de doses.

INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA

Pronatec Brasil sem Miséria: até 19 de julho de 2013, 571,5 mil pessoas de baixa renda estavam matriculadas em 481 tipos de cursos técnicos e de educação profissional em 1.690 municípios. A meta é chegar a 1 milhão de matrículas até 2014.

MAIS DE MEIO MILHÃO DE
BENEFICIÁRIOS DO BRASIL SEM
MISÉRIA ESTÃO MATRICULADOS
EM CURSOS DO PRONATEC



FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE EMANCIPAÇÃO

Mais de 7,8 mil empreendimentos de economia solidária já foram beneficiados com ações integradas que promovem formação profissional, assistência técnica, incubação de empreendimentos solidários e apoio às redes de cooperação, inclusive para a comercialização de produtos e serviços. Ao todo, são 157,2 mil pessoas beneficiadas em 1,5 mil municípios.

Outras medidas incluem também o fomento para a organização de cooperativas e redes de cooperação para catadores de materiais recicláveis. Até maio de 2013, cerca de 39,9 mil catadores que trabalham com resíduos sólidos foram beneficiados com ações de formação, incubação, assistência técnica e infraestrutura de apoio.



7.822 empreendimentos beneficiados

389 EMPREENDIMENTOS	14.177 PESSOAS BENEFICIADAS
2.406 EMPREENDIMENTOS	27.499 PESSOAS BENEFICIADAS
1.691 EMPREENDIMENTOS	44.383 PESSOAS BENEFICIADAS
2.423 EMPREENDIMENTOS	39.580 PESSOAS BENEFICIADAS
913 EMPREENDIMENTOS	31.532 PESSOAS BENEFICIADAS

FONTE: MTE, MAIO DE 2013

INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL

Água para Todos: de 2011 a junho de 2013, foram entregues 339,1 mil cisternas para famílias do semiárido visando universalizar o acesso à água para consumo humano. Até junho de 2013, também foram entregues 14,6 mil cisternas de produção e outras tecnologias sociais, como pequenas barragens, tanques de pedra, barreiros lonados, sistemas de barraginha, entre outros.

Assistência Técnica e Fomento: até junho deste ano, 29,3 mil famílias de agricultores familiares de baixa renda já tinham seus projetos de estruturação produtiva prontos e estavam recebendo recursos de fomento. Os projetos produtivos estão voltados à criação de pequenos animais, bovinocultura e horticultura.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): para ampliar os canais de comercialização da produção de agricultores familiares de baixa renda, foi ampliado o limite para compra de produtos da agricultura familiar para até R\$ 8 mil, nos casos em que pelo menos 50% dos fornecedores da proposta estiverem inscritos no Cadastro Único. A medida entrou em vigor a partir de julho de 2013.

Bolsa Verde: até junho de 2013, o benefício foi pago a 40,8 mil famílias de extrativistas, assentados e ribeirinhos para que continuem produzindo e conservando o meio ambiente, abrangendo 23 estados e cinco biomas.

A PARTIR DE 2011, A PARTICIPAÇÃO DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO E QUE VENDEM PARA O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS AUMENTOU, CHEGANDO A 120 MIL FAMÍLIAS OU 46% DO TOTAL DE FORNECEDORES DO PAA

ACESSO A SERVIÇOS

Educação: o número de escolas que aderiram ao programa Mais Educação, que promove educação em tempo integral, aumentou em 54%, passando de 32 mil escolas em 2012 para 49,3 mil escolas em 2013. Em 65% destas escolas, mais da metade dos estudantes são beneficiários do Bolsa Família.

Saúde: desde 2011, foi concluída a construção de 757 novas Unidades Básicas de Saúde localizadas em regiões pobres. No período, houve também aumento de cobertura das Equipes de Saúde da Família em municípios prioritários, beneficiando mais de 3,3 milhões de pessoas.



TAMIRES KOPP

BOLSA FAMÍLIA TEM IMPACTOS NA EDUCAÇÃO E CONTRIBUI PARA A REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL



EDUCAÇÃO (2008 - 2010)

OS ESTUDANTES DO BOLSA FAMÍLIA TÊM DESEMPENHO MELHOR OU EQUIPARADO À MÉDIA NACIONAL DA REDE PÚBLICA. ELES TAMBÉM ABANDONAM MENOS OS ESTUDOS.

→ ENSINO MÉDIO:

Aprovação: **80%**
(média nacional: 75%)

Taxa de abandono: **7%**
(média nacional: 11%)

→ ENSINO BÁSICO:

Aprovação em 2011: **84%**
(média nacional: 86%)

Taxa de abandono: **2,9%**
(média nacional: 3,2%)



SAÚDE (2004 - 2009)

O AUMENTO DA COBERTURA DO BOLSA FAMÍLIA, ASSOCIADO AO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA, REDUZIU A MORTALIDADE INFANTIL (0 A 5 ANOS)

↓ 19,4%
Mortalidade infantil

Redução ainda maior da mortalidade por causas relacionadas à pobreza

↓ 46%
Mortalidade por diarreia

↓ 58%
Mortalidade por desnutrição

Programa de Aceleração do Crescimento tem resultados positivos

55% de execução das obras previstas até 2014 já estão concluídas

A execução financeira do PAC2 atingiu R\$ 557,4 bilhões em investimentos em abril de 2013. São obras que melhoraram a infraestrutura logística, social e urbana em todo o País.

Desde o início do PAC, em 2007, o investimento público cresceu 111% em termos reais. Com isso, a participação do investimento público no PIB aumentou de 2,9% para 4,4% em 2012.

OBRAS CONCLUÍDAS

As ações do PAC2 concluídas até abril de 2013 correspondem a 54,9% do previsto para 2014. O valor total de obras finalizadas atingiu R\$ 388,7 bilhões, resultado 18,4% superior em relação a dezembro de 2012. Destacam-se:

Rodovias: 1.889 km construídos, pavimentados, restaurados ou duplicados. A BR 101/NE teve trechos concluídos em Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Ferrovias: 555 km construídos ou recuperados.

Portos: 16 empreendimentos concluídos, incluindo a recuperação, alargamento e ampliação do cais comercial do Porto de Vitória (ES).

Aeroportos: 19 empreendimentos concluídos. Na aviação regional, cinco empreendimentos foram concluídos, destacando-se a reforma da pista de Altamira (PA) e de Carajás (PA).

Equipamentos para estradas vicinais: 4.283 máquinas entregues até junho de 2013. Destas, 1.440 retroescavadeiras e 1.021 motoniveladoras, que beneficiaram 1.440 cidades do semiárido ou em situação de emergência em decorrência da seca.

Geração de energia elétrica: foram acrescidos 8.457 MW ao sistema. Destaque para a UHE Santo Antônio (3.150 MW), em operação com 13 unidades geradoras (908 MW).

Transmissão de energia: foram instaladas 5.256 quilômetros de linhas de transmissão e 25 subestações.

Exploração e produção de petróleo e gás: foram perfurados 329 poços exploratórios e entraram em operação seis grandes plataformas – Plataforma de Mexilhão (PMXL-1), P-56, FPSO Itajaí, FPSO Anchieta, FPSO São Paulo e FPSO Paraty.

Refino e petroquímica: concluídos 191 quilômetros de gasodutos, a UTG de Caraguatatuba e a unidade de produção do ARLA 32 na FAFEN-BA.

- Oito refinarias modernizadas e com novos padrões de conversão e qualidade de combustíveis implantados.

Fertilizantes e gás natural: sete empreendimentos.

Indústria naval: concluída a construção de uma sonda de perfuração, além de financiamento contratado de 363 embarcações e 16 estaleiros.

Programa Minha Casa Minha Vida II: 1.575.469 unidades contratadas.

Financiamento habitacional: 1.031.990 contratos.

Urbanização de assentamentos precários: 1.163 empreendimentos.



Recursos hídricos: 22 empreendimentos, 48 sistemas de esgotamento sanitário e 196 localidades com sistemas de abastecimento.

Água em áreas urbanas: 540 empreendimentos em 468 municípios, beneficiando 4,2 milhões de pessoas.

Luz para Todos: 390.308 ligações realizadas, destas, 150 mil são de áreas prioritárias do Brasil sem Miséria – 58% da meta 2011-2014.

Saneamento: 618 empreendimentos concluídos.

Prevenção em áreas de risco: drenagem – 42 empreendimentos; **contenção de encostas** – sete empreendimentos.

Mobilidade urbana: dois empreendimentos [modernização da Linha Oeste do metrô de Fortaleza (CE) e trem de subúrbio Calçada-Paripe, em Salvador (BA)].

Pavimentação: oito empreendimentos.

445 **UPA e UBS** concluídas.

153 **quadras esportivas** concluídas.

60 **creches e pré-escolas** concluídas.

Centros de Artes e Esportes Unificados: dois empreendimentos, em Pato Branco e Toledo, no Paraná.

INDÚSTRIA NAVAL

Grandes obras para os estaleiros nacionais:

- Concluídos cinco navios de grande porte do Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF), entre eles o petroleiro Zumbi dos Palmares, além do andamento da construção de mais nove.
- Concluídos 18 embarcações e dois estaleiros financiados pelo Fundo de Marinha Mercante, 51 empreendimentos em construção e 308 empreendimentos com contratos assinados.
- Assinados contratos para construção de 28 sondas de perfuração, três com obras já iniciadas.
- Assinados contratos para conversão de quatro plataformas para a cessão onerosa, três já em obras.
- Assinados os contratos para construção de módulos e integração de 10 FPSOs para o pré-sal e cessão onerosa.
- Assinados os contratos de afretamento de cinco plataformas para operação no pré-sal.

OBRAS EM EXECUÇÃO

Transportes



Rodovias: 7.287 quilômetros de obras para duplicação, construção, adequação e pavimentação em todas as regiões do País.

Ferrovias: 2.576 quilômetros de obras em andamento. Destaques para:

- Ferrovia Norte-Sul – Trecho Sul: Palmas (TO) – Uruaçu (GO) – 89% realizados; Uruaçu (GO) – Anápolis (GO) – 87% realizados; Anápolis (GO) – Estrela d'Oeste (SP) – 33% realizados.
- Ferrovia Nova Transnordestina – 40% realizados.
- Ferrovia de Integração Oeste Leste – Trecho Ilhéus-Caetité (BA) – 16% realizados.
- Ferronorte – Itiquira (MT) – Rondonópolis (MT) – 99% realizados.

Portos: 17 empreendimentos em andamento em 12 portos. Destaques para:

- Dragagem de aprofundamento do canal externo do Porto de Vitória (ES).
- Implantação da Avenida Perimetral – Margem Esquerda (primeira fase) do Porto de Santos (SP).

Aeroportos: 23 empreendimentos em andamento em 15 aeroportos. Destaques para:

- Galeão (RJ) – pistas e pátios – 67,3% realizados.
- Manaus (AM) – Terminal de Passageiros – 66,4% realizados.
- Foz do Iguaçu (PR) – Terminal de Passageiros – 68,3% realizados.
- Belo Horizonte (MG) – Terminal de Passageiros – 24,6% realizados.
- Início de obras em quatro aeroportos – ampliação dos Terminais em Curitiba (PR) e Salvador (BA) e dos pátios de Confins (MG) e Porto Alegre (RS).
- Aviação regional – obras em andamento em 13 aeroportos.

Energia



Geração de energia elétrica: obras em andamento para geração de 24.207 MW – nove hidrelétricas, 11 térmicas, 99 eólicas e cinco pequenas centrais hidrelétricas. Destaques:

- UHE Belo Monte (11.233 MW) – 27% executados.
- UHE Jirau (3.750 MW) – 89% executados.
- UHE Teles Pires (1.820 MW) – 48% executados.

Transmissão de energia elétrica: 33 linhas de transmissão em andamento, em uma extensão de 10.704 km.

- A Interligação Madeira-Porto Velho-Araraquara – Circuito 1 – GO/MG/MT/RO/SP tem 2.375 km, 99% realizados.

Refino, petroquímica e fertilizantes: avanço das obras do COMPERJ (53%) e da Refinaria Abreu e Lima (75%).

Saneamento



Até abril de 2013, 4.703 obras de saneamento em andamento, que beneficiarão 8,8 milhões de famílias.

Prevenção de risco



Há 261 obras de drenagem e contenção de encostas em andamento, que beneficiarão 3,5 milhões de famílias.

Mobilidade urbana



O PAC Mobilidade selecionou empreendimentos que beneficiam mais de 100 municípios.

No eixo Mobilidade Médias Cidades, 63 empreendimentos foram selecionados e beneficiarão 59 municípios, com população de 250 mil a 700 mil habitantes. Esses investimentos somam R\$ 8,6 bilhões.

Em Belo Horizonte, Belém, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo estão em andamento obras para 15 *Bus Rapid Transit* (BRT), 13 corredores, dois monotrilhos, quatro metrô, dois Veículos Leves sobre Trilhos (VLT), um trem urbano, um aeromóvel e um corredor fluvial.

Destaque para o Metrô de Recife, que começou a operar a Estação Cosme e Damião em 22 de maio, e para o qual foram entregues 10 Trens Unidade Elétricos (TUE) e o oitavo VLT.



Metrô de Fortaleza (CE)

Pavimentação



Estão em andamento 142 obras, em 120 municípios. Ao todo, 471 novos empreendimentos foram selecionados em 331 municípios, no valor de R\$ 8,7 bilhões.

Infraestrutura social



Creches e pré-escolas: 3.123 contratadas, das quais 1.486 estão em obras.

Quadras escolares: 4.574 contratadas, das quais 926 em obras.

Unidades de Pronto Atendimento (UPA): 269 contratadas, das quais 65 estão em obras.

Unidades Básicas de Saúde (UBS): 7.557 contratadas, das quais 2.140 em obras.

Centro de Artes e Esporte Unificados (CEU): 360 contratados, dos quais 226 estão em obras.

Urbanização de assentamentos precários



Até abril de 2013, 1.250 obras para urbanização de assentamentos precários estavam em andamento – obras que beneficiarão 1,4 milhão de famílias.

Água em áreas urbanas



Estão em andamento 3.012 obras que garantem o abastecimento de água em 468 municípios, e 7,9 milhões de famílias serão beneficiadas.

Recursos hídricos



Para ampliar a proteção da população que vive nas regiões do semiárido, estão previstos investimentos de R\$ 2,7 bilhões, dos quais 85% já estão contratados. São exemplos de obras importantes:

- O Sistema Piau, no Piauí, está com 96% das obras realizadas, com investimentos de R\$ 37,5 milhões. A previsão é de que esteja finalizado até agosto de 2013.
- A etapa 1 da Adutora Pajeú, em Pernambuco, tem 85% das obras realizadas e previsão de conclusão até setembro de 2013. Os investimentos totais somam R\$ 199 milhões e os 197 quilômetros de canais adutores deverão beneficiar cerca de 180 mil pessoas.

NOVOS ANÚNCIOS

Entre abril e junho de 2013, foram anunciados R\$ 8,1 bilhões em novos investimentos.

Destes, R\$ 2,7 bilhões para a cidade do Rio de Janeiro, em urbanização de assentamentos precários para as comunidades da Rocinha e Complexos do Jacarezinho e do Lins.

No Rio Grande do Sul serão aplicados R\$ 2,5 bilhões para extensão da BR-448 e da BR-392, além de melhorias na BR-116.

Para Pernambuco serão destinados R\$ 2,3 bilhões para as seguintes obras: Arco Metropolitano; trecho São Caetano-Garanhuns da BR-423; Porto de Suape; navegação do rio Capibaribe; e contorno Recife/BR-101.

E o estado do Ceará receberá R\$ 629,3 milhões para execução das obras da Barragem de Lontras e da ponte estaiada sobre o Rio Cocó.

NOVAS SELEÇÕES EM ANDAMENTO:

Saneamento: R\$ 7,2 bilhões

Pavimentação: R\$ 5 bilhões

Água em áreas urbanas: R\$ 4,8 bilhões

LANÇAMENTO DO CIER-BIOGÁS

Em março de 2013 realizou-se o lançamento oficial do Centro Internacional de Energias Renováveis – Biogás (CIER-Biogás), iniciativa do Parque Tecnológico de Itaipu que vem contando com o apoio da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).











A iniciativa envolve a construção de microcentrais termelétricas a biogás, com tecnologia de aproveitamento de resíduos orgânicos de fazendas e sítios localizados às margens da represa. Proporciona, ainda, autossuficiência energética para as propriedades participantes, remunera seus proprietários e retira dejetos do meio ambiente, permitindo reduzir drasticamente a dependência de produtos importados para as lavouras.

INVESTIMENTOS EM MOBILIDADE URBANA

Para melhorar a qualidade de vida de milhões de brasileiros que vivem nas médias e grandes cidades, o Governo Federal tem atuado em parceria com os estados e municípios, a quem cabe a gestão do transporte urbano. Estão sendo investidos R\$ 88,9 bilhões em empreendimentos de mobilidade urbana, dos quais 55% são recursos da União.

Os 192 projetos em andamento vão beneficiar 100 cidades. São obras do PAC, obras financiadas pelo BNDES e pelo Pró-Transporte, e também obras que vão melhorar a mobilidade das cidades para os Grandes Eventos Esportivos.

No total, estão sendo construídos, ampliados ou recuperados 2.879 quilômetros de vias para transporte coletivo urbano:

MODAL	EXTENSÃO (KM)
Corredor de ônibus 	1.536
BRT 	567
Metrô 	259
VLT 	171
Via urbana 	138
Entorno arena 	71
Monotrilho 	53
Trem urbano 	45
Aeromóvel 	28
Corredor fluvial 	11
TOTAL	2.879

Garantir cidadania e ampliar direitos

Diálogo e participação para aproximar políticas públicas às demandas sociais

PLANO VIVER SEM LIMITE

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite amplia o acesso e qualifica o atendimento às pessoas com deficiência.

Até junho de 2013, foram investidos R\$ 1,74 bilhão em ações estratégicas em saúde, educação, inclusão social e acessibilidade.

Atenção à Saúde

Centros especializados em reabilitação (CER): foram firmados convênios para construção de 22 novos centros, reformas e ampliações de nove centros já existentes e a aquisição de equipamentos para dois centros, totalizando 33 centros em processo de construção ou qualificação.



Atenção odontológica: foi disponibilizado incentivo financeiro para 346 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) para qualificar a atenção ao paciente.

Triagem neonatal: liberados recursos para aquisição de equipamentos para 81 maternidades. Em 22 estados foram incluídos novos exames na triagem neonatal (teste do pezinho) já ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em todos os estados. Os exames são ampliados conforme a capacidade dos laboratórios, contratação de

profissionais para acompanhamento do paciente e estrutura para o tratamento.

Oficinas ortopédicas: foram habilitadas 18 oficinas ortopédicas no SUS em 18 estados. Nove dessas oficinas estão sendo qualificadas por meio de reformas e aquisição de equipamentos. Além dessas, mais três oficinas estão em construção. Essas oficinas confeccionam órteses sob medida e fazem ajustes das próteses para cada usuário.

Órteses e próteses: mais sete procedimentos de manutenção e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção e oito procedimentos de adaptação postural em cadeiras de rodas passaram a ser pagos pelo SUS.

Cadeiras de rodas: seis novos modelos de cadeiras de rodas (monobloco, motorizada, para pessoas acima de 90 quilos, para banho em concha infantil, com encosto reclinável, com aro de propulsão) passaram a ser doados pelo SUS.

Sistema FM: passou a ser ofertado pelo SUS dispositivo auditivo para crianças de 5 a 17 anos, do ensino fundamental e do ensino médio, com deficiência auditiva. O acessório, acoplado ao aparelho auditivo, elimina o excesso de ruídos.

Transporte adaptado: doados 18 micro-ônibus adaptados para os CER habilitados em 16 estados. Até o final de 2013, serão entregues mais 90 veículos em todo o País.

Diretrizes de atenção à pessoa com deficiência: para orientar e capacitar as equipes multiprofissionais do SUS foram publicadas seis diretrizes de atenção à pessoa com deficiência.

As versões digitais das diretrizes estão disponíveis em: www.saude.gov.br/pessoacomdeficiencia.



Acesso à Educação

Implantação das salas de recursos multifuncionais:

13.500 salas foram implantadas para atendimento especializado e complementar à escolarização dos estudantes com deficiência.

Escola acessível: 21.288 escolas foram atendidas com



A escola Professor Ricardo Vitiello, do Capão Redondo em São Paulo (SP), recebeu primeiro Selo de Acessibilidade

recursos para adequações arquitetônicas de acessibilidade.

Acessibilidade na educação superior: 55 universidades foram apoiadas com recursos para ações institucionais para eliminação de barreiras.

Educação profissional e tecnológica: 3.200 pessoas com deficiência realizaram matrículas nos cursos do Pronatec.

Acessibilidade

Programa Minha Casa Minha Vida: 531 mil unidades adaptáveis contratadas. Destas, 8.381 moradias adaptadas receberam kits específicos por deficiência.

Microcrédito: R\$ 47,8 milhões contratados em 8,6 mil operações para aquisição de bens e serviços (cadeiras de rodas, impressoras em Braille, adaptações de veículos, andadores e mobiliário acessível).

MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

Em maio de 2013, em resposta às pautas apresentadas pelos movimentos sociais do campo, foram anunciados novos serviços, programas e políticas públicas, como: formulação do Plano de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo); implantação de 54 unidades móveis para o enfrentamento da violência contra as mulheres do campo e da floresta; contratação de 585 professores para universidades federais para atuarem em licenciatura em educação do campo; e a construção de 416 escolas no campo, além de 426 unidades de educação infantil em 96 territórios da cidadania. Foram anunciados, também, a implantação de cinco centros de atenção à saúde no campo; o apoio do Sebrae para a formação de jovens agricultores familiares nos temas de empreendedorismo e gestão; e a finalização de um programa para o fortalecimento da autonomia da juventude rural, com foco em formação, geração de renda e ampliação do acesso a direitos e políticas públicas.

FUNDO AMAZÔNIA

Firmada parceria entre Fundo Amazônia e organizações da sociedade civil para a realização de 18 projetos em oito estados do bioma amazônico, durante o encontro Diálogos Governo e Sociedade Civil: Fundo Amazônia. Os 18 projetos abrangem: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Tocantins. Envolvem gestão de áreas protegidas de manejo florestal e redução de emissões de gases de efeito estufa em mais de dez atividades produtivas.

Os projetos estão incluídos na parceria firmada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Fundação Banco do Brasil, que aportará R\$ 100 milhões no prazo de cinco anos. No primeiro ano de execução da parceria, serão aplicados R\$ 25 milhões

em ações sustentáveis de geração de trabalho e renda e de reaplicação de tecnologias sociais, respeitando culturas locais e preservando o meio ambiente.

Desde julho de 2009, o Fundo aprovou 39 projetos, que somam mais de R\$ 500 milhões.

CIDADANIA NO CAMPO

Um milhão de mulheres do campo já foram beneficiadas com os mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR). A iniciativa possibilita às agricultoras que ainda não possuem documentos civis e trabalhistas a regularização de documentos, gratuitamente. Criado há nove anos, o programa já emitiu mais de dois milhões de documentos, atendendo um milhão de mulheres, em quase 4,5 mil municípios.

CONSELHOS TUTELARES

Até junho, foram distribuídos 431 conjuntos de equipagem, formados por um carro, cinco computadores, uma impressora multifuncional, um refrigerador e um bebedouro. A ação visa proporcionar condições adequadas de trabalho aos conselhos tutelares. Até o final de 2013, mais 569 conselhos receberão equipagens.

CONSUMO E CIDADANIA

Avanços nos mecanismos para garantia de direitos do consumidor

O Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Plandec), lançado em março, amplia os mecanismos de proteção e fortalece a fiscalização nas relações entre compradores e vendedores. O pacote de medidas torna política de Estado as ações de defesa do consumidor.

Fortalecimento do Procon

O Projeto de Lei nº 5.196, enviado ao Congresso, define como prerrogativas do Procon determinar medidas corretivas como: restituição de cobranças indevidas; substituição ou reparação do produto; e prestação adequada de informações.

Prevê, ainda, a conversão dos acordos celebrados no Procon em títulos executivos extrajudiciais, podendo ser

executados sem que o consumidor tenha que recorrer à Justiça, reduzindo o número de conflitos que chegam ao Judiciário.

Comércio eletrônico

O Decreto 7.962/2013 aperfeiçoa o direito à informação nas compras online, estabelece regras para o atendimento do consumidor e define mecanismos para o exercício do direito de arrependimento.

A normativa define ainda que empresas de *e-commerce* estão sujeitas às mesmas penalidades aplicadas ao comércio em estabelecimentos físicos.

TRABALHADOR DOMÉSTICO

Promulgada em abril de 2013, a Emenda Constitucional 72/2013 (PEC 66/2012) garante aos empregados domésticos direitos já assegurados aos demais trabalhadores urbanos e rurais, como a jornada definida, com limite de 8 horas diárias e 44 semanais e as horas extras.

Portal do Empregador Doméstico

Em junho, o Governo Federal colocou em operação o Portal e-Social – Módulo do Empregador Doméstico. O novo portal traz funcionalidades que facilitam ao empregador doméstico cumprir, com simplificação e agilidade, as obrigações e regras trabalhistas, tais como:

- Geração de contracheque, recibo de salário, folha de pagamento, aviso de férias e folha de controle de ponto;
- Controle de horas extras;
- Cálculo dos valores a serem recolhidos (INSS e férias);
- Emissão da guia de recolhimento da contribuição previdenciária.

O portal ainda permite o acesso centralizado às orientações dos órgãos governamentais.

Após a regulamentação da Emenda nº 72/2013 pelo Congresso Nacional, todos os registros e benefícios que vierem a ser aprovados serão incorporados ao portal.

Acesse em www.esocial.gov.br ou nos sítios do Ministério do Trabalho, da Previdência Social, do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), da Caixa Econômica Federal e da Receita Federal do Brasil.

Novo marco da mineração, licitações de petróleo e gás e apoio à inovação

Ações abrem novas oportunidades de investimento no País

NOVO MARCO DA MINERAÇÃO

O novo marco legal do setor mineral, que substituirá o Código Mineral, foi encaminhado ao Congresso Nacional em 18 de junho deste ano por meio de Projeto de Lei a ser votado em regime de urgência constitucional.

A celebração de contratos de concessão para pesquisa e lavra será precedida de licitações ou chamadas públicas, e criará um ambiente mais transparente e mais ágil para investidores e empresas voltados à pesquisa mineral.

As medidas visam estimular os investimentos, com maior transparência dos procedimentos e mais oportunidades de acesso a áreas que apresentam grande potencial para a mineração. O novo marco regulatório passa a exigir capacidade técnica e financeira, execução de programa exploratório mínimo e prazo para o início da exploração mineral, entre outras condicionantes.

Está prevista também uma mudança na base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que passará a incidir sobre a receita bruta da venda, deduzidos os tributos efetivamente pagos. O critério de distribuição entre os entes federados não foi modificado.

Entre as mudanças institucionais propostas, estão a criação do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) – órgão de assessoramento da Presidência da República na formulação de políticas e diretrizes para o setor mineral – e da Agência Nacional de Mineração – órgão responsável pela regulação, gestão das informações e fiscalização do setor mineral.

Mais informações em: http://www.mme.gov.br/sgm/menu/Novo_Marco_da_Mineracao.html



LICITAÇÕES DE PETRÓLEO E GÁS

11ª Rodada de licitação

Foi realizada nos dias 14 e 15 de maio a 11ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás Natural. Foram arrematados 142 blocos em 13 bacias sedimentares. As empresas vencedoras pagarão R\$ 2,8 bilhões de bônus de assinatura, com o compromisso de investimentos exploratórios de, no mínimo, R\$ 6,9 bilhões.

O conteúdo local médio ofertado foi de 62,32% para a fase de exploração e de 75,96% para a fase de desenvolvimento da produção.



POLO NAVAL

Licitações no pré-sal

A primeira rodada de licitação para exploração de petróleo e gás natural na área do pré-sal, na modalidade de partilha de produção, será realizada em 21 de outubro. Será licitada a área de Libra, na Bacia de Santos, com volume recuperável estimado entre 8 e 12 bilhões de barris, quantidade equivalente a, aproximadamente, de 44% a 66% das atuais reservas brasileiras.

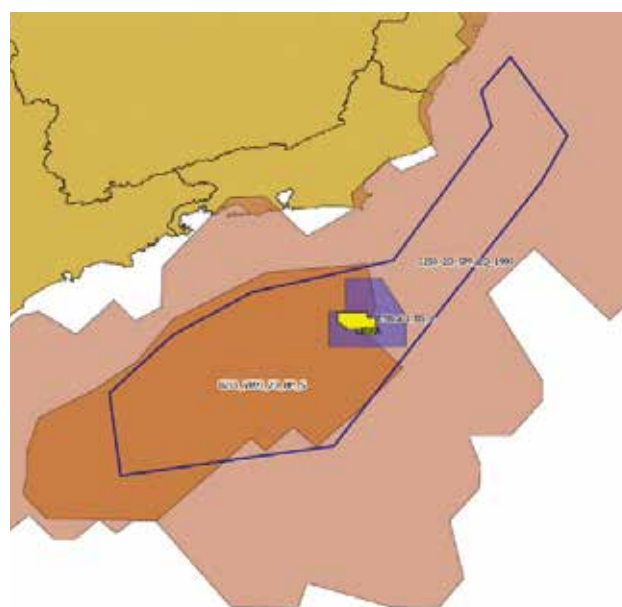
O consórcio vencedor será aquele que oferecer o maior excedente de produção para a União.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou resolução em junho que define os parâmetros técnicos e econômicos do contrato de partilha de produção: percentual mínimo de 40% do excedente em óleo para a União, 30% de participação da Petrobras no consórcio vencedor e pagamento de bônus de R\$ 15 bilhões na assinatura do contrato.

Esta licitação será emblemática por envolver áreas de baixo risco exploratório e grande potencial petrolífero, além de colocar em prática as recentes mudanças no arcabouço legal para o setor.

Mais informações em: www.anp.gov.br

EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO



 CAMPO DE LIBRA

 CAMADAS DO PRÉ-SAL

FONTE: ANP

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA – AEROPORTOS

Aeroportos regionais

Já foi realizado o levantamento preliminar das características básicas dos 270 aeroportos regionais contemplados na primeira fase do Plano de Investimento em Logística para Aeroportos, que prevê investimento de R\$ 7,3 bilhões.

Os próximos passos são a realização dos estudos de necessidades de investimentos e a elaboração dos projetos. A previsão é de que a contratação das obras comece em dezembro.

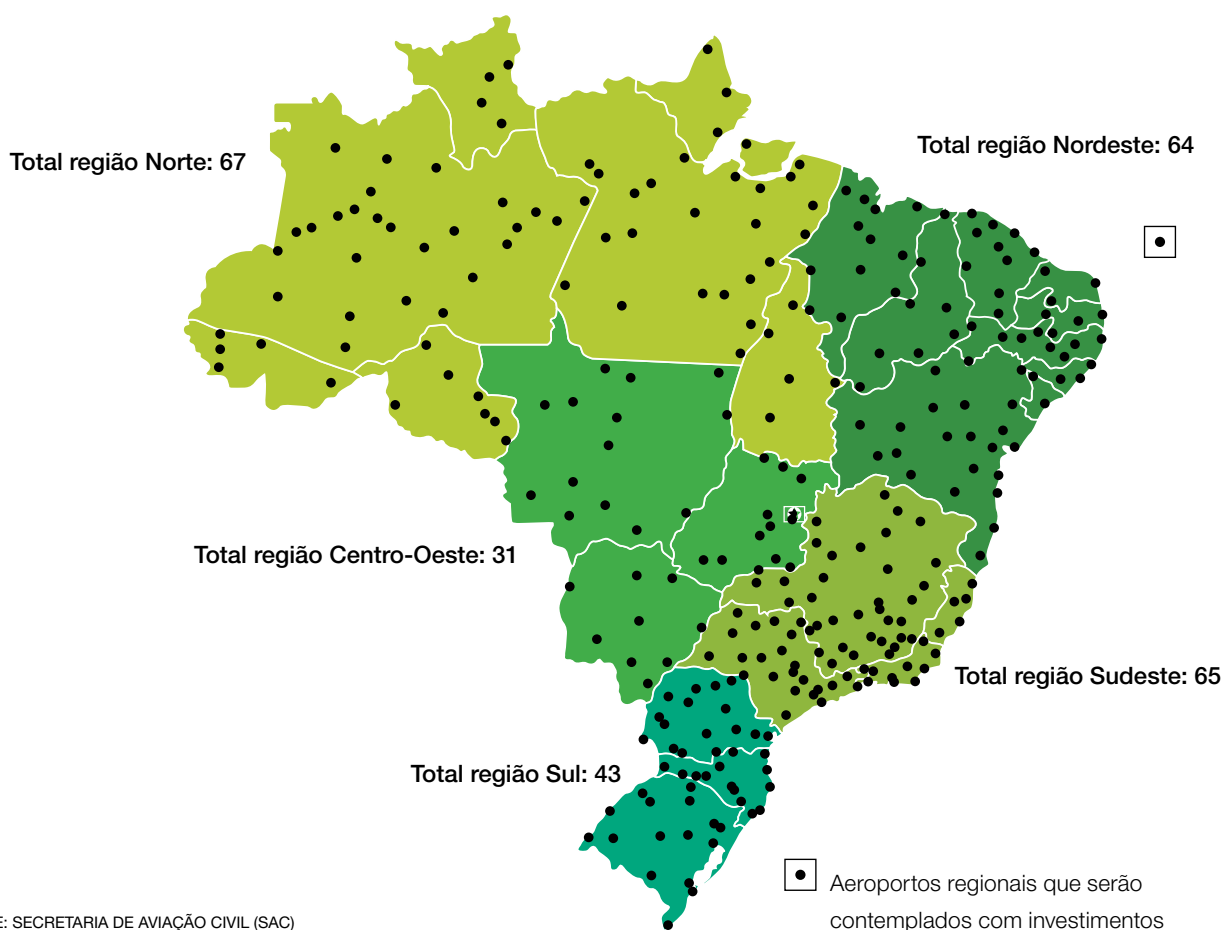
Dando sequência ao processo de regulamentação das outorgas de exploração da aviação regional, a Secretaria de Aviação Civil (SAC) já

celebrou 155 convênios para custeio e gestão dos aeroportos regionais desde agosto de 2012, sendo 107 com estados e 48 com municípios.

Leilões de Confins e Galeão

Foram elaborados os estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental dos aeroportos de Confins (MG) e Galeão (RJ). Esses estudos, que servem como referência para os leilões, indicam uma necessidade de investimentos de R\$ 5,2 bilhões para o consórcio que obtiver a concessão do Galeão (prazo de 25 anos) e R\$ 3,5 bilhões para Confins (prazo de 30 anos), investimentos que se somam aos já realizados ou em curso pela Infraero. Foi concluída a etapa de consultas públicas. O edital será agora apreciado pelo TCU e, em seguida, será publicado.

1ª FASE DO PIL: 270 AEROPORTOS REGIONAIS



FONTE: SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL (SAC)

PLANO INOVA EMPRESA

Em abril foi lançado o Plano Inova Empresa, que integra diferentes agências do governo e fontes de recursos, com o objetivo de aprimorar a capacidade do Estado brasileiro de estimular a inovação nas empresas.

As agências lançarão editais em conjunto para cada um dos sete eixos estratégicos: agropecuária e agroindústria; energia; petróleo e gás; saúde; aeroespacial e defesa; tecnologia de informação e comunicação; e sustentabilidade socioambiental. As empresas terão um plano de suporte com os instrumentos necessários para a viabilização do projeto inovador, em um novo modelo de governança que proporcionará mais rapidez e menos burocracia.

O investimento previsto é de R\$ 32,9 bilhões até 2014, operados pela Agência Brasileira da Inovação (Finep) e pelo BNDES.

São quatro linhas de financiamento a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I):

- Subvenção econômica a empresas;
- Fomento a projetos em parceria entre instituições de pesquisa e empresas;
- Participação acionária em empresas de base tecnológica;
- Crédito para empresas com taxas de juros subsidiadas, entre 2,5% e 5% ao ano, com quatro anos de carência e 12 anos para pagamento.

Propostas estão em análise

Até o final de junho de 2013 foram lançados diversos editais do Inova Empresa:

PAISS: o Plano de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico já tem 35 operações em fase de contratação, totalizando R\$ 2,6 bilhões.

Inova Petro: voltado à cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás, aprovou 16 planos de negócios, no valor total de R\$ 490 milhões.

Inova Cred: a linha de financiamento destinada às micros e pequenas empresas já tem habilitados sete dos 12 agentes credenciados em 2013.

Tecnova: o Programa de Apoio à Inovação Tecnológica em Microempresas e Empresas de Pequeno Porte firmou parcerias com 21 entidades estaduais que deverão lançar seus editais a partir de agosto deste ano.

No âmbito do Inova Energia, Inova Saúde e Inova Aerodefesa, as propostas estão em fase de qualificação da demanda recebida. O Inova Agro, último edital lançado no primeiro semestre, está em fase de recebimento de propostas.

Mais informações em:

<http://www.finep.gov.br/inovaempresa>

TERRA FORTE

O programa de incentivo à agroindustrialização em assentamentos da reforma agrária (Terra Forte) selecionou 122 projetos em sua primeira etapa, realizada no primeiro semestre de 2013. A segunda etapa do programa terá início em setembro de 2013.

O primeiro edital do programa destina R\$ 300 milhões para financiamento de projetos de cooperativas e associações que visem implantar ou modernizar empreendimentos coletivos agroindustriais em assentamentos.

Podem se inscrever entidades representantes de coletivos e associações de famílias de trabalhadores rurais assentados pelo Incra.



DESONERAÇÃO DE IPI

IPI da linha branca e móveis

A redução da alíquota do IPI, que garante mais estímulo para a economia, irá continuar em 2013, mas com recomposição gradual das alíquotas para produtos da linha branca, móveis e painéis. Os novos valores passaram a valer a partir de 1º de julho e vigoram até o fim de setembro.

A medida abrangeu produtos como fogão, tanquinho, refrigerador, congelador, móveis, painéis e laminados, entre outros.

Com as novas alíquotas, a expectativa é de aumentar a arrecadação de IPI em R\$ 118 milhões entre julho e setembro.

Linha branca	Alíquota normal	Alíquota reduzida (até janeiro de 2013)	Benefício para 2013	
			Fevereiro a junho*	Julho a setembro*
Fogão	4%	0%	2%	3%
Tanquinho	10%	0%	2%	4,5%
Refrigerador e Congelador	15%	5%	7,5%	8,5%
Máquina de Lavar Roupas (automática)	20%	10%	10%	10% (definitivo)
Móveis	5%	0%	2,5%	3%
Painéis	5%	0%	2,5%	3%
Laminados (PET, PVC, alta resistência)	15%	0%	2,5%	3%
Luminárias	15%	5%	7,5%	10%
Papel de parede	20%	10%	10%	15%

* APENAS PARA PRODUTOS COM NÍVEL A DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA.

IPI de Automóveis

A alíquota reduzida de IPI para automóveis, que tinha validade até 31 de março de 2013, foi prorrogada até o final do ano.

No caso dos caminhões, a alíquota será mantida em 0% por tempo indefinido.

A indústria automobilística representa 25% da produção industrial, um dos principais motores da economia brasileira, sendo composta por uma extensa cadeia produtiva, como as indústrias de autopeças, de estofamento e de acessórios. A medida representa renúncia fiscal adicional de R\$ 2,2 bilhões de abril a dezembro de 2013.

Automóveis	Alíquota normal	Alíquota reduzida (até dezembro de 2012)	Benefício para 2013	
			Janeiro a março/2013	Abril a dezembro
Até 1.000 cc	7%	0%	2%	2%
De 1.000 cc até 2.000 cc				
FLEX	11%	5,5%	7%	7%
Gasolina	13%	6,5%	8%	8%
Utilitários	8%	1%	2%	2%
Caminhões	5%	0%	0%	0%



BLOG DO PLANALTO

Ônibus escolares e retroescavadeiras entregues a municípios em Serra Talhada (PE)

DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS

Em julho, o Congresso Nacional converteu em lei a Medida Provisória nº 610 de 2013, que estende o benefício da desoneração da folha de pagamentos para 16 novos setores, dos quais seis tem vigência a partir de janeiro de 2014. A medida passa a alcançar 56 setores.

Entre os novos setores beneficiados pela medida, destacam-se construção civil, jornalismo e radiodifusão, transportes e comércio varejista.

Com a medida, a contribuição previdenciária patronal para os setores beneficiados passa a ser de 1% ou 2% do faturamento das empresas.

COMPRAS PÚBLICAS

Foi estendida a lista de ramos produtivos que tiveram margens de preferência para compras públicas definidas: pás mecânicas, escavadores, carregadoras e pás

carregadoras de fabricação nacional ganharam margem de preferência de 15% em maio.

Desde que a política passou a ser adotada, com o lançamento do Plano Brasil Maior em 2011, já haviam sido definidas margens preferenciais para confecções, calçados, retroescavadeiras e motoniveladoras, fármacos e medicamentos, produtos médicos, veículos para vias férreas, caminhões, implementos agrícolas, e equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, entre outros ramos produtivos.

A medida tem o objetivo de estimular a indústria nacional e novos investimentos, ao adotar critérios para tratamento diferenciado nas contratações com o governo, favorecendo produtos e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras, visando o estímulo à inovação tecnológica no País e a compensação comercial.

Mais médicos e mais investimentos

Melhoria da formação, contratação de médicos e ampliação da estrutura física da rede pública de saúde

PACTO NACIONAL PELA SAÚDE

O Governo Federal propôs, aos governadores e prefeitos de capitais, um pacto pela melhoria dos serviços de saúde pública no País, que envolve:

- A adoção de medidas para garantir um efetivo de médicos compatível com as necessidades da atenção básica em todo o País.
- A ampliação e aceleração da execução dos investimentos na estrutura da rede pública de saúde.

MAIS MÉDICOS

O Brasil possui 1,8 médico por mil habitantes, volume insuficiente para fazer face à demanda por serviços médicos de qualidade no País.

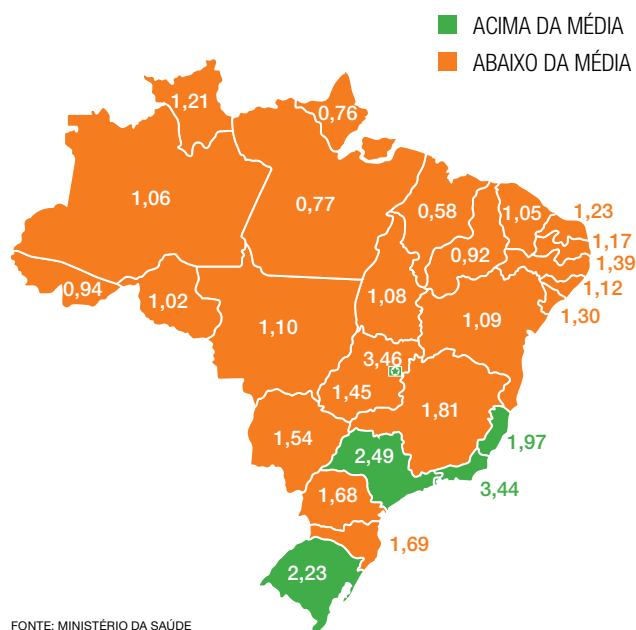
RAZÃO ENTRE MÉDICOS E HABITANTES EM DIVERSOS PAÍSES

Países	Médicos/mil habitantes
Brasil	1,8
Argentina	3,2
Uruguai	3,7
Portugal	3,9
Espanha	4
Reino Unido	2,7
Austrália	3
Itália	3,5
Alemanha	3,6

FONTE: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS)

Além de insuficiente, a distribuição dos médicos no território nacional é absolutamente desigual. Mais de 70% de todos os médicos do País estão nas regiões Sudeste e Sul, e 45% se concentram em apenas dois estados:

22 ESTADOS ESTÃO ABAIXO DA MÉDIA NACIONAL DE MÉDICOS/ MIL HABITANTES



FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE

Rio de Janeiro e São Paulo. Em 22 Unidades da Federação, a razão entre a quantidade de médicos e a população é inferior à média nacional, alcançando 0,58 médico por mil habitantes no Maranhão. E cerca de 700 municípios não possuem sequer um médico residindo no município.

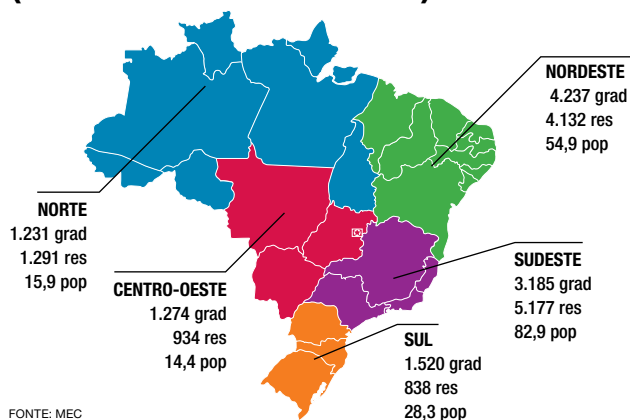
Frente a esse cenário, o Mais Médicos objetiva ampliar o número de médicos no Brasil, para garantir uma adequada atenção básica em saúde em todo o País, reforçando o número de profissionais, principalmente nos municípios do interior e nas periferias das grandes cidades. A meta é passar de 374 mil médicos em 2012 para 600 mil médicos em 2026. Para isso, o Governo Federal atuará em três frentes:

- Ampliando as vagas de graduação em medicina e residência médica no Brasil.
- Incorporando à formação médica um segundo ciclo de 2 anos de treinamento prático na atenção básica e na urgência/emergência.
- Abrindo uma Chamada Nacional para a contratação de médicos.

AMPLIAÇÃO DA FORMAÇÃO DE MÉDICOS

Para mudar, a médio prazo, a oferta de médicos no Brasil, serão criadas mais vagas em cursos de medicina e em residência médica. A meta é criar mais 11.447 novas vagas em cursos de medicina até 2017, além de 12.372 novas vagas em residência médica em todo o País. A distribuição regional das novas vagas visa à redução das desigualdades, com crescimento proporcionalmente maior nas regiões menos assistidas.

VAGAS POR REGIÃO, PARA GRADUAÇÃO EM MEDICINA E PARA RESIDÊNCIA MÉDICA, E A POPULAÇÃO (EM MILHÕES DE PESSOAS)

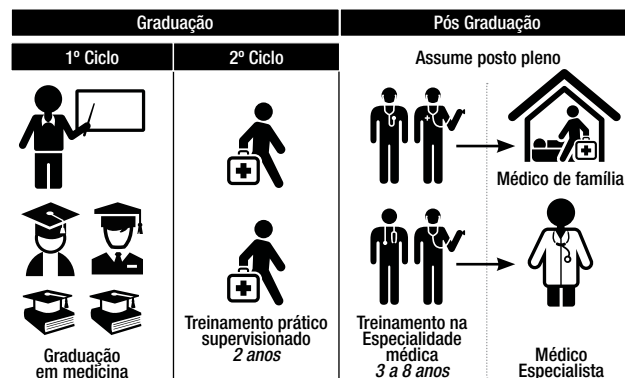


INCORPORAÇÃO DO SEGUNDO CICLO NA GRADUAÇÃO

Para aprimorar o processo de formação de médicos no Brasil, será incorporado à graduação em medicina um ciclo de 2 anos de treinamento em serviço na atenção básica e na urgência/emergência, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A exemplo do que ocorre na Inglaterra, a incorporação do 2º ciclo visa garantir a todos os médicos a experiência na atenção básica e na emergência como parte essencial da sua formação.

IMPLANTAÇÃO DO SEGUNDO CICLO NO CURSO DE MEDICINA



O novo ciclo terá supervisão técnica da instituição de ensino, bolsa custeada pelo Ministério da Saúde e aproveitamento para programas de residência médica e outros programas de pós-graduação.

CHAMADA NACIONAL PARA A CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS

Apesar da expansão das vagas nos cursos de graduação e do aperfeiçoamento da formação dos médicos brasileiros, o SUS possui uma carência imediata de profissionais.

Apenas na atenção básica, a necessidade imediata é de 6.602 profissionais, e a expectativa é de uma demanda adicional de 35 mil médicos a partir dos investimentos em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e de Unidades de Pronto Atendimento (UPA), já em curso.

Para suprir essa carência imediata de profissionais, foi aberta chamada para a contratação de médicos brasileiros para trabalhar na atenção básica. O contrato com esses profissionais:

- Terá 3 anos de duração, renovável por igual período.
- Garantirá bolsa de R\$ 10 mil reais, integralmente custeada pelo Ministério da Saúde.
- Conterá, ainda, com ajuda de custo de até três vezes o valor da bolsa, conforme a região onde for trabalhar, para custear despesas de mudança e instalação.
- Proporcionará participação em curso de especialização em universidade pública.

Somente se as vagas não forem integralmente preenchidas por médicos brasileiros, médicos estrangeiros serão convocados, desde que atendidas as seguintes condições:

- Ter habilitação para o exercício da medicina no País de origem.

- Possuir conhecimento de língua portuguesa.
- Ser proveniente de um país com mais médicos por habitante que o Brasil.

Os médicos estrangeiros que eventualmente forem contratados atuarão nos seguintes termos:

- Serão acolhidos e avaliados durante 3 semanas por universidades públicas brasileiras.
- Serão avaliados e supervisionados permanentemente por universidades públicas e pelas respectivas secretarias estaduais e municipais de saúde.
- Terão autorização para atuar exclusivamente na atenção básica, nas regiões definidas no programa.

NO BRASIL, SOMENTE 1,79% DOS MÉDICOS FOI FORMADO NO EXTERIOR, PROPORÇÃO INFERIOR À REGISTRADA EM DIVERSOS PAÍSES DO MUNDO. NO CANADÁ, ELA É DE 17%, NOS EUA CHEGA A 25% E NA INGLATERRA É DE 37%.

PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA – PROVAB

DENTISTAS E ENFERMEIROS

Para o segundo semestre de 2013, está previsto novo chamamento para o Provab, com 1.500 vagas para dentistas e enfermeiros, sendo 1.000 vagas para enfermeiros e 500 vagas para dentistas, com bolsa de R\$ 2.384,82.

Esse chamamento buscará atender os municípios que já contam com médicos do Provab, com foco nos programas Saúde na Escola e Brasil Sorridente.

MAIS INVESTIMENTOS

O outro compromisso contemplado no pacto é com a ampliação dos investimentos em hospitais, Unidades de Pronto Atendimento e Unidades Básicas de Saúde, além da aceleração dos investimentos já autorizados.

Serão mais R\$ 5,5 bilhões em investimentos até 2014, além dos R\$ 7,4 bilhões já contratados, totalizando R\$ 12,9 bilhões.



INVESTIMENTOS JÁ AUTORIZADOS

R\$ 7,4 bilhões – Total

Hospitais: 818 em obras; 2.459 equipamentos sendo adquiridos

UPA 24h: 877, sendo 276 já em funcionamento e precisando de mais médicos e 601 em obras

UBS: cerca de 16 mil unidades, sendo 3.197 em funcionamento e precisando de mais médicos e 12.593 em obras

MAIS INVESTIMENTOS

R\$ 5,5 bilhões – Total

UBS: cerca de 17,8 mil unidades, sendo construção de 6 mil novas e reforma e ampliação de 11,8 mil

UPA 24h: mais 225 novas unidades

Parceria Público-Privada: para gestão e ampliação do número de hospitais

S.O.S EMERGÊNCIAS

O S.O.S. Emergências tem como objetivo melhorar o atendimento ao público nas emergências dos principais hospitais do País, por meio de investimentos em estrutura física, informatização e em formação profissional para a melhoria da gestão.

Em um ano e meio de funcionamento, 22 hospitais públicos foram contemplados com o programa. Destes, dez passaram a integrar o programa em 2013 e já iniciaram a identificação e o enfrentamento dos principais problemas do hospital, com elaboração de diagnóstico situacional e plano de ação. Nos 12 primeiros hospitais a integrar o programa, já houve redução da taxa de ocupação nas emergências. Já são 1.693 leitos de retaguarda novos e qualificados e 2.160 profissionais da saúde capacitados.

REFINANCIAMENTO DAS DÍVIDAS DAS SANTAS CASAS

O Governo Federal vai refinar as dívidas das entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

O Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional prevê a quitação, em 15 anos, das dívidas das entidades a partir da adesão e do cumprimento das seguintes condições:

- Ampliação da oferta de exames, cirurgias e atendimentos a usuários do SUS.
- Pagamento dos tributos correntes (contribuições devidas no ano de exercício).

Além disso, o Incentivo à Contratualização – IAC, recurso destinado anualmente aos hospitais filantrópicos contratualizados, será dobrado até 2014, o que representará um adicional de R\$ 1,5 bilhão. Entre 2008 e 2012, esse recurso teve 179% de aumento.

MELHOR EM CASA – PROGRAMA DE ATENÇÃO DOMICILIAR

Implantado em 24 estados e 156 municípios, já conta com 540 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (Emad) e 252 Equipes Multiprofissionais de Apoio (Emap). Até maio, houve 141,4 mil internações domiciliares, em que o paciente é atendido pelas equipes na própria casa. Os principais casos atendidos são acidente vascular cerebral (23%), hipertensão (8,9%) e doença de Alzheimer (7,2%).

AMPLIAÇÃO DOS RECURSOS PARA ATENÇÃO BÁSICA

A parte fixa do Piso da Atenção Básica (PAB Fixo) por habitante, por ano, foi ampliada em R\$ 3 para todos os municípios brasileiros. Esse aumento resultará em um aumento de R\$ 388 milhões no montante referente ao PAB Fixo transferido para os municípios em 8 meses de 2013 e de cerca de R\$ 600 milhões no ano de 2014.

Com relação ao PAB Variável, proporcional aos serviços prestados, os valores repassados passaram de R\$ 5,9 bilhões em 2010 para R\$ 8,3 bilhões em 2012, o que corresponde a um aumento de 40,7% no período.

Com isso, o valor do custeio da atenção básica passa de R\$ 9,57 bilhões em 2010 para R\$ 14,66 bilhões em 2013, um aumento de 53%.

SAÚDE NÃO TEM PREÇO

Medicamentos gratuitos para hipertensão e diabetes

Mais de 15,2 milhões de pessoas receberam medicamentos gratuitos desde fevereiro de 2011, quando foi iniciada a distribuição.

BENEFICIÁRIOS QUE RETIRARAM MEDICAMENTOS NO MÊS

	Hipertensão	Diabetes
Janeiro/11	658 mil	306 mil
Maior/13	4,5 milhões	1,6 milhão
Variação	583%	436%

FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE – MAIO/2013

Medicamentos gratuitos para asma

Em maio/2013, 183 mil pessoas retiraram medicamentos gratuitos para asma, 281% a mais que em maio de 2012, quando 48 mil pessoas adquiriram medicamentos com 90% de desconto.

Os resultados da política se refletem na diminuição das internações de pacientes com crises asmáticas.

O período entre julho de 2012 e abril de 2013 registrou um número de internações 16% inferior ao registrado entre julho de 2011 e abril de 2012. Em termos absolutos, a redução foi de 20.523 internações no SUS.

Farmácia Popular

Em todo o País, são mais de 26 mil farmácias credenciadas cobrindo 3.818 municípios. A Farmácia Popular oferece, além de medicamentos gratuitos, outros com descontos de até 90%.

A média mensal de pessoas atendidas passou de 1,2 milhão em janeiro/2011 para 6 milhões em abril/2013.

FARMÁCIAS PÚBLICAS E CREDENCIADAS

	Unidades	Municípios
2010	14.546	2.548
Maio/13	26.175	3.818
Variação	80,0%	49,8%

FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE – JUNHO/2013

PRODUÇÃO DE REMÉDIOS E VACINAS

Brasil passa a produzir 21 novos medicamentos e vacinas

O Ministério da Saúde firmou 33 novas Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDP) para a produção de 21 novos produtos biológicos, medicamentos de síntese química, vacinas e produtos médicos.

Com as parcerias, que envolvem 30 laboratórios (13 públicos e 17 privados), a expectativa é que o Ministério da Saúde economize 60% do que atualmente gasta com a compra desses 21 produtos – que envolvem, por exemplo, produtos biológicos de última geração destinados ao tratamento de câncer, artrite reumatoide e diabetes, dentre outros.

EM ABRIL, FOI RECEBIDA MISSÃO UCRANIANA NO BRASIL PARA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA COM VISTAS À RETOMADA DA PRODUÇÃO NACIONAL DE INSULINA, GARANTINDO O TRATAMENTO DE CERCA DE 1 MILHÃO DE DIABÉTICOS BRASILEIROS

ATENDIDOS PELO SUS

Com isso, sobe para 88 o total de PDP, que compreendem 64 medicamentos, 7 vacinas, 4 produtos para saúde e 4 produtos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

A VACINA CONTRA O PAPILOMAVÍRUS (HPV), USADA NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DO COLO DE ÚTERO, SERÁ INTRODUZIDA NO SUS A PARTIR DE 2014 GRAÇAS À PDP QUE VIABILIZARÁ A SUA PRODUÇÃO NO BRASIL

TRATAMENTO DO CÂNCER

Tratamento em 60 dias: entrou em vigor, em maio de 2013, a Lei nº 12.732/12, que prevê que o início do tratamento de câncer deverá ser assegurado em, no máximo, 60 dias após o registro do diagnóstico em seu prontuário.

Cirurgia plástica de mama: foi sancionada a Lei nº 12.802/2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora da mama nos casos de mutilação decorrentes do tratamento de câncer.



UNIPAR

Investimento público por estudante cresce em todos os níveis de ensino

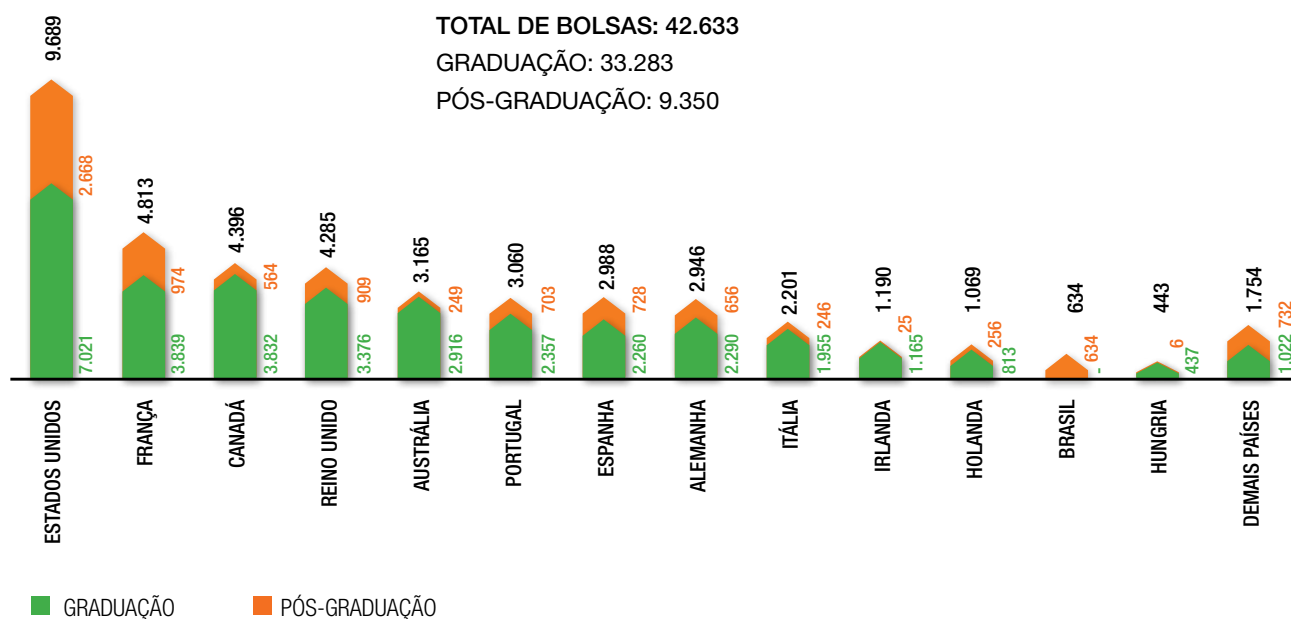
Governo cria vagas no ensino superior com a implantação de novas universidades públicas e amplia acesso com programas de bolsas de estudos

CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Até junho de 2013, o programa Ciência sem Fronteiras concedeu 42.633 bolsas de estudos, das quais 33.238 bolsas foram para graduação e 9.350 para pós-graduação, em 40 países. Desse total, 634

bolsas de pós-graduação foram concedidas para estrangeiros atuarem no Brasil como “pesquisador visitante” e “jovem talento”. A meta até 2014 é conceder 101 mil bolsas para estudantes e pesquisadores.

BOLSAS CONCEDIDAS PELO CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS



FONTE: CAPES/CNPQ, DADOS ATÉ 3/JULHO/2013



GEYSON MAGNO

Inglês sem Fronteiras

Lançado em dezembro de 2012, o programa visa aumentar a proficiência em inglês de candidatos a bolsas de estudos do programa Ciência sem Fronteiras. O curso já conta com 437.757 inscritos e abrange todos os níveis de proficiência, do mais básico ao mais avançado.

Outra iniciativa do programa é o diagnóstico da proficiência no idioma. A medida alcançará 500 mil estudantes aptos a participar do programa Ciência sem Fronteiras até 2015.

Após aplicação dos exames, cerca de 20 mil estudantes com melhores resultados participarão de cursos presenciais ministrados por 45 institutos federais de ensino superior.

Para participar do curso, o aluno deve estar regularmente matriculado em curso de graduação em instituição de ensino superior, pública ou privada, além de ter obtido ao menos 600 pontos no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), ou ser aluno de pós-graduação em instituição credenciada pelo MEC.

O INVESTIMENTO TOTAL EM EDUCAÇÃO PASSOU DE 4,7% PARA 6,1% DO PIB, DE 2000 A 2011. NO PERÍODO, O INVESTIMENTO PÚBLICO DIRETO POR ESTUDANTE CRESCEU 500%, EM VALORES NOMINAIS

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC)

Até 30 de junho de 2013, o Pronatec registrou 3,3 milhões de matrículas em cursos técnicos e de qualificação profissional em mais de 400 áreas do conhecimento.

Está prevista a oferta de mais 2,3 milhões de vagas – 724 mil em cursos técnicos e 1,5 milhão em cursos de qualificação profissional.

Incentivo ao empreendedorismo

O Pronatec Empreendedor tem como objetivo inserir conteúdo sobre empreendedorismo, em parceria com o Sebrae, nos cursos que já são ofertados pelas redes de educação profissional e tecnológica e pelo Sistema S.

A implantação acontecerá em duas fases. Na primeira, que já está em curso, cerca de 300 professores serão capacitados para aplicar a disciplina de empreendedorismo para 100 mil estudantes em todo o Brasil, distribuídos em aproximadamente 20 cursos.

A partir do segundo semestre de 2013, a disciplina será incorporada a outros cursos do Guia do Pronatec, de maneira gradual. Até 2014, a meta é atingir 1,62 milhão de estudantes e capacitar 7 mil professores.

PROUNI

A segunda edição de 2013 do processo seletivo para o Programa Universidade para Todos (ProUni) ofertou 90.045 bolsas de estudos, sendo 55.693 bolsas integrais e 34.352 parciais, para 21.140 cursos e 919 instituições de todo o País.

O ProUni concede a estudantes de baixa renda bolsas de estudos integrais e parciais, de 50% da mensalidade, em instituições particulares de educação superior.

Em junho de 2013, 488.155 estudantes cursavam o ensino superior com bolsa do ProUni. Já foram beneficiados pelo programa 1.217.545 alunos em todo País.



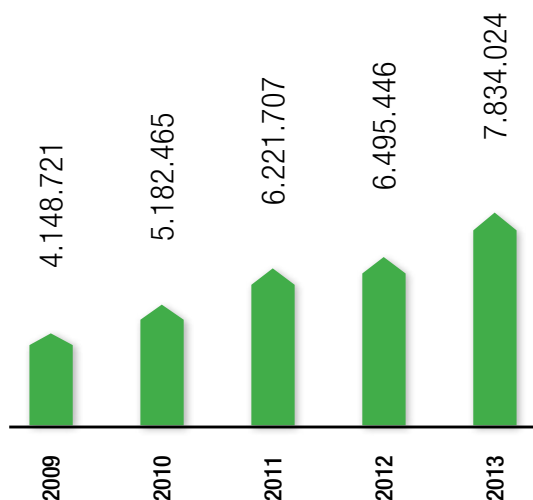
EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM)

O Enem recebeu 7,8 milhões de inscrições para a edição de 2013. Desde 2009, o exame se fortalece como forma de acesso à educação superior.

Com o resultado obtido no Enem, os estudantes podem buscar uma vaga no ensino superior por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) ou da concessão de bolsas pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), do programa Ciência sem Fronteiras, e receber o benefício do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O Enem também promove a certificação do ensino médio para jovens e adultos. Na edição de 2013, farão a prova para receber a certificação 784.830 participantes.

ENEM



■ INSCRIÇÕES

FONTE: MEC

SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU)

A segunda edição de 2013 do Sisu, que seleciona estudantes com base nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para ingresso em cursos de graduação em instituições públicas, registrou 788.819 inscritos. Foram ofertadas 39.724 vagas em 1.179 cursos, oferecidos por 54 instituições.

ENSINO SUPERIOR

Novas universidades federais ampliam o acesso ao curso superior

Foram criadas quatro novas universidades federais: Universidade Federal do Cariri (UFCA), no Ceará, Universidade Federal do Sul Sudeste do Pará (Unifesspa), Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob) e a Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba). Até 2018, as novas universidades atenderão mais de 38 mil estudantes em 145 cursos de graduação. Serão contratados 1.677 professores e 2.156 técnicos administrativos, levando o ensino superior a cinco municípios do Pará, oito da Bahia e três do Ceará.

O CAMINHO DA ESCOLA JÁ ENTREGOU 20.633 ÔNIBUS, SENDO 19.318 DO PRONACAMPO E 1.315 URBANOS ACESSÍVEIS, 674 LANCHAS, 172.061 BICICLETAS E CAPACETES

MAIS CULTURA NA ESCOLA

O programa Mais Cultura na Escola vai contemplar, neste ano, 5 mil projetos culturais de iniciativa de escolas da rede pública. Os projetos vão promover a circulação de cultura nas escolas, contribuir para a formação de público para as artes na comunidade escolar e deverão ser formulados por meio de parceria entre escolas, artistas e entidades culturais.

Para financiar os projetos serão investidos cerca de R\$ 100 milhões. Mais de 47 mil escolas inscreveram projetos. Os valores serão repassados diretamente às escolas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola.

Ações de parceria entre Governo Federal, estados e municípios são ampliadas

Mais recursos, infraestrutura e capacitação para o combate ao crime

PROGRAMA BRASIL MAIS SEGURO

Paraíba e Rio Grande do Norte aderiram ao Brasil Mais Seguro em maio e junho, respectivamente. O programa promove a articulação entre os órgãos federais e estaduais para reduzir os índices de criminalidade. O Nordeste está sendo priorizado porque é a região que apresenta maior crescimento do número de homicídios.

Os resultados alcançados em Alagoas mostram que a parceria entre os órgãos federais e estaduais tem efeito decisivo no combate à violência. No estado, o índice de crimes violentos teve redução de 9% e na

capital, de 18%, em um ano de atuação. Foi interrompida a curva ascendente de homicídios registrada nos últimos 12 anos em Alagoas.

CRACK, É POSSÍVEL VENCER

Lançado em dezembro de 2011, o programa abrange ações do Governo Federal articulado com estados e municípios para enfrentar o problema do uso de crack e outras drogas. No primeiro semestre, quatro estados e 53 municípios aderiram ao programa. Agora, são 18 estados e 82 municípios participantes.

ESTADOS E MUNICÍPIOS QUE ADERIRAM AO PROGRAMA

Estado	Municípios
Acre	1
Alagoas	1
Ceará	4
Distrito Federal	-
Espírito Santo	1
Goiás	3
Mato Grosso do Sul	1
Minas Gerais	11
Pará	3
Paraíba	2
Paraná	6
Pernambuco	1
Piauí	1
Rio de Janeiro	10
Rio Grande do Norte	3
Rio Grande do Sul	1
Santa Catarina	4
São Paulo	28
Sergipe	1
Total Nacional	82

PREFEITURA DE SP



Base móvel de monitoramento do Plano Crack, É Possível Vencer em São Paulo (SP)

FONTE: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

MAIS INVESTIMENTOS NO SISTEMA PRISIONAL

Ampliação de vagas

Foram aprovados 99 projetos para construir e ampliar cadeias públicas. Esses projetos representam um acréscimo de 37.906 vagas no sistema prisional e investimentos de R\$ 948,97 milhões. Estão aprovadas obras em AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RO, RS, SC, SE, SP, TO e RN.

A meta é alcançar a contratação de 42,5 mil novas vagas até 2014, com investimento projetado de R\$ 1,1 bilhão.

Ano	Projetos aprovados	Vagas previstas	Investimento (em R\$ milhões)
2011	20	9.098	263,56
2012	54	17.750	387,64
2013	25	11.158	297,77
Totais	99	38.006	948,97

FONTE: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Mais segurança no transporte de presos

Para ampliar a segurança no transporte de presos que participam de audiências e nas transferências entre unidades prisionais, foram doados 215 carros-cela para os governos estaduais. Os veículos doados comportam até oito presos e são equipados com sistema de câmeras. O investimento foi de R\$ 22 milhões e cada estado recebeu, no mínimo, cinco unidades.

Em 2011, os estados receberam 103 carros-cela e 70 ambulâncias (padrão Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU), com investimentos de mais de R\$ 18 milhões.

Educação no Sistema Prisional

Foram abertas 1.800 vagas para jovens presos (18 a 29 anos) concluírem o Ensino Fundamental, além de ações de inclusão digital, qualificação profissional e formação cidadã. As aulas começam em setembro e o ciclo é concluído em 18 meses. Participam do programa os estados do AC, AL, BA, CE, PA, PB, PE, PI, PR e RS, que aderiram ao edital do Governo Federal e cumpriram os requisitos para participar do programa.

Educação profissional para a ressocialização

Por meio do Pronatec, foram criadas 35 mil vagas em 2013 e 55 mil para 2014. Neste ano, os cursos serão oferecidos fora das unidades prisionais, para os que cumprem pena em regime aberto, semi aberto e os egressos do sistema prisional. Em 2014, serão iniciados os cursos em salas de aula dentro das prisões para os presos provisórios e do regime fechado. Além de aprender uma profissão, os participantes podem se beneficiar da remição da pena por estudo.

PLANO ESTRATÉGICO DE FRONTEIRAS

Em operação desde 2011, envolve operações nos 11 estados que têm áreas de fronteira, integrando as três esferas de poder na prevenção e repressão dos crimes transfronteiriços e fortalecendo a presença do Estado na região.

Operação Ágata 7

A sétima edição da Operação Ágata, com 19 dias de duração entre maio e junho, mobilizou cerca de 33,5 mil militares e 1,1 mil servidores de agências governamentais e alcançou toda a fronteira do Brasil, de quase 17 mil quilômetros. Foram apreendidas 26 toneladas de drogas, inspecionados 17,6 mil embarcações e vistoriados 267,6 mil veículos.

Mais equipamentos

Todos os estados vão receber, até 2014, um *scanner* móvel, equipamento que localiza drogas e armas escondidas em veículos, mesmo em movimento. Os estados de fronteira receberão dois equipamentos, os mesmos já utilizados na operação Sentinela pela Polícia Rodoviária Federal.

Para ampliar a vigilância, os governos estaduais serão apoiados para a instalação de câmeras de vigilância em 60 municípios de fronteira, com sistemas de monitoramento e transmissão de imagens.

CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Em 2013, foram realizadas 260.292 mil matrículas nos cursos de Rede Nacional de Educação a Distância – Rede EAD-Senasp, beneficiando cerca de 200 mil profissionais de segurança pública e servidores administrativos das áreas de segurança.

Copa das Confederações FIFA 2013 é realizada com sucesso

Sistema de Comando e Controle de Segurança de Grandes Eventos está em funcionamento

COPA DAS CONFEDERAÇÕES

Considerada um evento-teste para a Copa do Mundo FIFA 2014, a Copa das Confederações FIFA 2013 foi realizada com sucesso dentro e fora do campo.



PORTAL DA COPA

- Esta edição da Copa das Confederações FIFA 2013 teve, segundo a FIFA, a segunda maior média de público da história e a maior audiência televisiva de todas as edições, com 69,3 milhões de pessoas assistindo à final.
 - Já para a Copa do Mundo FIFA 2014, o Ministério do Turismo estima a vinda de 600 mil turistas estrangeiros e a movimentação de 3 milhões de brasileiros.
 - Segundo o Ministério do Esporte, foram gerados 24,5 mil empregos somente na construção dos seis estádios da Copa das Confederações FIFA 2013.
 - Durante a Copa das Confederações FIFA 2013 vieram ao Brasil 903 empresários de 70 países, por meio de iniciativa da Agência de Promoção das Exportações (APEX). A expectativa é de que US\$ 1 bilhão seja agregado às exportações brasileiras nos próximos 12 meses por conta das negociações realizadas.
 - A operação aeroportuária transcorreu normalmente durante a Copa das Confederações FIFA 2013. Nos sete aeroportos envolvidos no torneio, a média acumulada de atrasos superiores a 30 minutos foi de 11,14% entre 14 de junho e 1º de julho. O índice é inferior à média registrada nos aeroportos europeus, que foi de 16,01% nos últimos três anos, e inferior ao verificado no mesmo período de 2012: 11,70%.
- Estudo feito pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) estima que a Copa das Confederações FIFA 2013:
 - (I) tenha movimentado R\$ 740 milhões, sendo R\$ 322 milhões diretamente na cadeia do turismo, R\$ 348 milhões indiretamente e R\$ 70 milhões em desembolso das equipes.
 - (II) tenha atraído para as cidades-sede 230 mil turistas brasileiros e 20 mil turistas estrangeiros, que ficaram, em média, 14 dias no País.



- **24,5 mil** trabalhadores nas obras dos estádios;
- O evento movimentou **R\$ 740 milhões**;
- **230 mil** turistas brasileiros nas cidades-sede;
- **20 mil** turistas estrangeiros;
- **69,3 milhões** assistiram à final pela TV.

COPA DO MUNDO FIFA 2014

As obras nos seis estádios que completam o conjunto de 12 arenas para a Copa do Mundo FIFA 2014 continuam avançando, bem como as demais obras de infraestrutura.

ESTÁDIOS DA COPA DO MUNDO FIFA 2014

Estádios da Copa	% execução
Estádio do Corinthians – SP	81,6%
Arena Pantanal – MT	72,7%
Complexo Esportivo Curitiba 2014 – PR	71,4%
Arena da Amazônia – AM	65,4%
Arena das Dunas – RN	78,2%
Beira Rio – RS	68,5%

FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO – MATRIZ COPA

ESTIMATIVAS DE IMPACTO DA COPA DO MUNDO FIFA 2014 NO PERÍODO 2010-2014:

- A aplicação, pelo setor privado, de R\$ 3,4 para cada R\$ 1 aplicado pelo setor público na Copa do Mundo FIFA 2014;
- A movimentação de R\$ 112,8 bilhões além dos gastos com infraestrutura e organização;
- A geração total de 3,6 milhões de empregos/ano como impacto da Copa no período.

FONTE: ERNST & YOUNG/FGV



Centro Integrado de Comando e Controle

Inauguração do Sistema de Comando e Controle para Segurança de Grandes Eventos

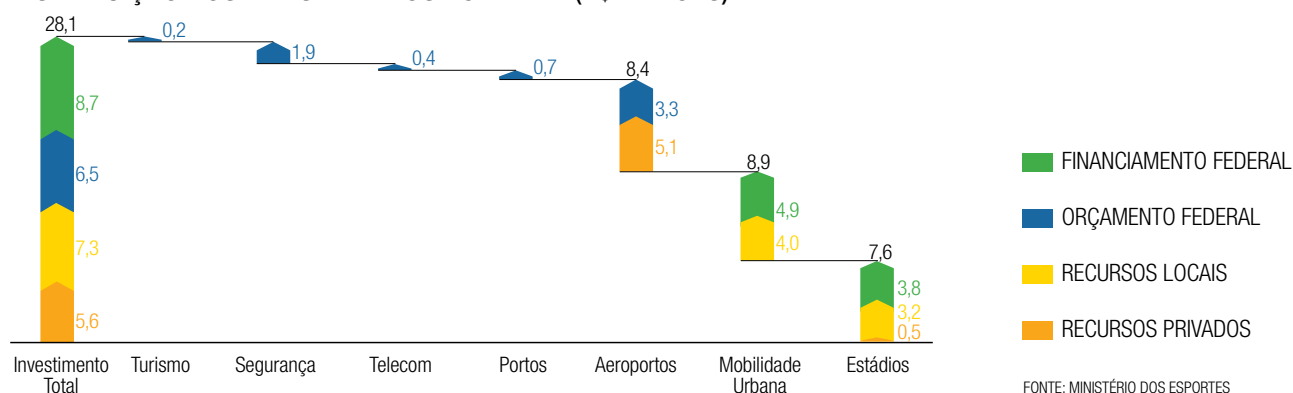
Foi inaugurado, em junho, o Sistema Integrado de Controle para Segurança de Grandes Eventos, um dos grandes legados da Copa do Mundo FIFA 2014 para a segurança pública do País. O custo total de implantação do sistema é de R\$ 1,8 bilhão.

O Sistema é composto de dois Centros Integrados de Comando e Controle Nacional (CICCN), com sede em Brasília (DF) e *backup* de dados no Rio de Janeiro (RJ), e já conta com mais seis Centros Regionais (CICCR). Até 2014, serão outros seis Centros Regionais instalados nas demais cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

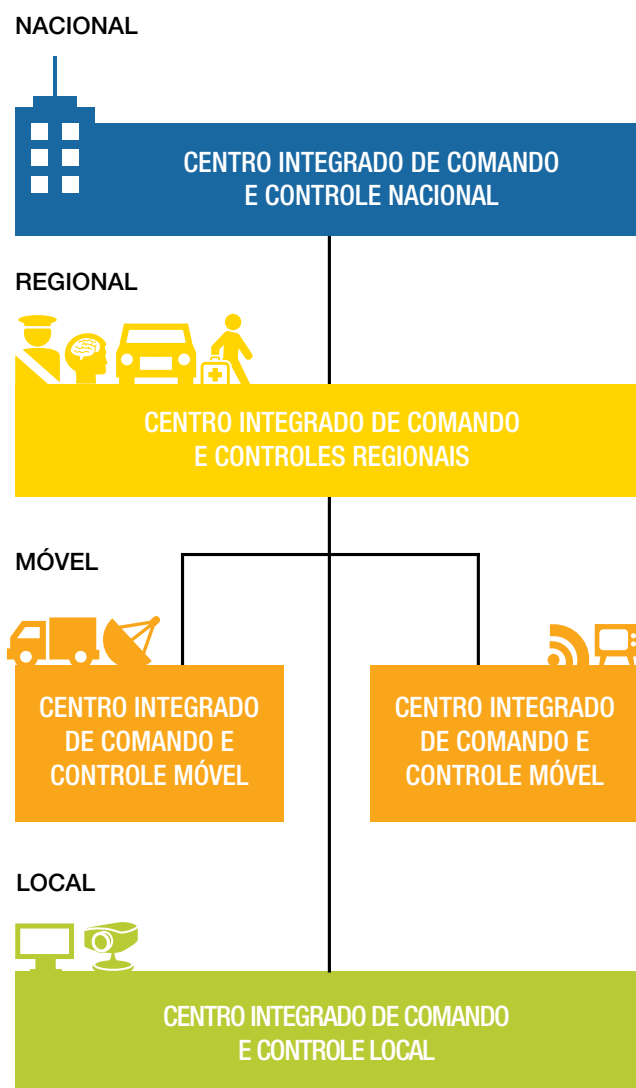
Os centros regionais integram os comandos das ações de Segurança Pública, Defesa Nacional, Inteligência, Segurança Privada, Defesa Civil, Trânsito, Saúde e de outras áreas.

INVESTIMENTOS DA MATRIZ DE RESPONSABILIDADE

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR TEMA (R\$ BILHÕES)



FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE COMANDO



Haverá ainda dois Centros Integrados de Comando e Controle Móveis em cada cidade-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Esses centros são compostos de caminhões com equipamentos avançados de comunicação, câmeras e terminais com visão noturna e plataformas de videomonitoramento com sistemas de análise automática de vídeo, a partir de padrões pré-definidos de comportamento do público.

Além disso, estão sendo doados aos estados equipamentos de segurança complementares como plataformas de observação elevadas, imageadores aéreos, armamentos menos letais, kits antibomba e desencarceradores.

OLIMPÍADAS 2016

INÍCIO DAS OBRAS DO CENTRO OLÍMPICO DA BARRA

O principal legado esportivo das Olimpíadas do Rio de Janeiro começou a ser construído em julho. Iniciaram-se as obras dos três pavilhões esportivos do Parque Olímpico da Barra, que será o primeiro Centro Olímpico (COT) de Treinamento do País e o mais moderno da América do Sul.

O COT receberá mais de dez competições olímpicas e paraolímpicas e, após 2016, servirá para o treinamento de 12 esportes olímpicos e abrigará um laboratório de pesquisas nas áreas de Nutrição, Fisioterapia e Medicina Esportiva e Clínica, inédito na América do Sul.

BOLSA-ATLETA APOIA MAIS DE 5,7 MIL COMPETIDORES

O Programa Bolsa-A atleta encerrou o primeiro semestre com mais de 5,7 mil atletas sendo beneficiados. Este número representa um crescimento de 17% em relação ao registrado no final de 2012.

A Bolsa-A atleta possui cinco categorias de bolsas, com valores entre R\$ 370 e R\$ 3.100, para garantir condições mínimas de preparação para competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paraolímpicas.

Em agosto, será implantado o Programa Atleta Pódio, modalidade destinada a financiar atletas de ponta, ranqueados entre os vinte melhores do mundo na sua modalidade. O programa garante bolsa de até R\$ 15 mil para o atleta, além de remuneração para técnico e equipe multidisciplinar, e apoio para participação em competições e para aquisição de equipamento e material esportivo.

Minha Casa Minha Vida

Ampliação das metas do programa e lançamento do Minha Casa Melhor



BLOG DO PLANALTO

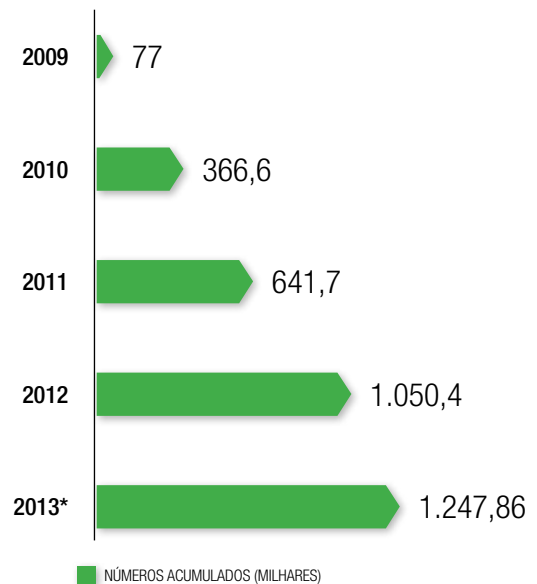
Condomínio Residencial Iguape - São Paulo (SP)

META AMPLIADA EM 350 MIL MORADIAS

Em junho deste ano, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) atingiu a marca de 1,24 milhão de moradias entregues. Além destas, já estão contratadas outras 1,5 milhão de unidades, sendo 60,7% destinadas às famílias com renda mensal até R\$ 1.600 mensais (faixa 1).

Até o final de 2014, serão contratadas 966,7 mil unidades. A meta do programa foi ampliada em 350 mil unidades. Assim, um total de 3,750 milhões de famílias serão beneficiadas com a casa própria pelo MCMV.

EVOLUÇÃO DAS ENTREGAS DAS UNIDADES HABITACIONAIS (UH)



*POSIÇÃO DE 30/06/2013

FONTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/MINISTÉRIO DAS CIDADES

INVESTIMENTOS JÁ CHEGAM A R\$ 206,6 BILHÕES

Apenas o Governo Federal, até junho de 2013, investiu cerca de R\$ 177,54 bilhões no programa, sendo R\$ 81,77 bilhões como subsídios e R\$ 95,77 bilhões em financiamentos. O restante dos recursos são as contrapartidas dos governos estaduais, municipais e os recursos próprios investidos pelos beneficiários do programa.

MCMV RURAL

Até 30 de junho, o programa entregou 25,5 mil moradias na área rural. Outras 71,1 mil unidades estão contratadas. Dessas, 39,78 mil estão com obras em andamento.

MINHA CASA MELHOR

Lançado em junho, o programa disponibiliza linha de crédito especial para aquisição de móveis e eletrodomésticos. Todas as famílias beneficiadas pelo Minha Casa Minha Vida que estejam em dia com as prestações do seu imóvel terão disponível um crédito de até R\$ 5 mil para comprar móveis e eletrodomésticos. São dez itens diferentes que podem ser adquiridos em mais de 13 mil lojas credenciadas pela CAIXA em todo o Brasil. O financiamento tem prazo de pagamento de 48 meses, com juros de 5% ao ano. O preço dos produtos tem um desconto de 5% sobre o preço à vista.

No primeiro mês do programa, 100 mil famílias foram beneficiadas com o crédito, um total de R\$ 500 milhões contratados. Cerca de 80% dessas famílias fazem parte da faixa 1, com renda de até R\$ 1,6 mil.

Os beneficiários podem usufruir do crédito a partir da entrega das chaves. Esse crédito fica disponível por 12 meses, com prestações pagas por boleto ou débito em conta. As famílias das unidades já entregues podem fazer a contratação por meio da CAIXA, recebendo o cartão em sua residência em até dez dias úteis.

MINHA CASA MELHOR PRODUTOS INCLUIDOS:

Produto	Valor máximo
Guarda-Roupa	R\$ 380
Cama de Casal	R\$ 370
Cama de Solteiro	R\$ 320
Mesa com Cadeiras	R\$ 300
Sofá	R\$ 375
Refrigerador	R\$ 1.090
Fogão	R\$ 599
Lavadora de Roupas Automática	R\$ 850
TV Digital	R\$ 1.400
Notebook ou Computador com acesso à internet	R\$ 1.150

FONTE: WWW.MINHACASAMELHOR.COM.BR



NOS PRIMEIROS 30 DIAS DO PROGRAMA:

- **R\$ 500 milhões** em crédito foram disponibilizados;
- **100 mil** famílias foram beneficiadas;
- **80%** dos tomadores têm renda de até **R\$ 1,6 mil**.



Residencial Alterosa, em Ribeirão das Neves (MG)

Planos para apoiar o agronegócio e a agricultura familiar

Novas medidas para ampliar a produtividade e a competitividade da agricultura e pecuária

Em junho, foram anunciadas as ações para apoiar a produção agrícola e pecuária na safra 2013/2014.

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2013/2014

Na safra 2013/2014, a agricultura empresarial terá R\$ 136 bilhões para financiar o custeio, a comercialização e os investimentos, um acréscimo de 18% em relação à safra anterior. São R\$ 115,6 bilhões a juros controlados e R\$ 20,4 bilhões a juros livres.

Principais medidas

Mais crédito: o volume de recursos disponíveis para custeio e comercialização aumentou 9,8% em relação à safra anterior, totalizando R\$ 97,6 bilhões. Além disso, o limite de crédito por produtor passou de R\$ 800 mil para R\$ 1 milhão para operações de custeio, e de R\$ 1,6 milhão para R\$ 2 milhões para comercialização. A taxa de juros manteve-se em 5,5% ao ano.

Apoio à comercialização: R\$ 2,5 bilhões para aquisições de produtos e manutenção de estoques e R\$ 3,1 bilhões para equalização de preços, garantindo preço mínimo ao produtor.

Fortalecimento do médio produtor: o Programa de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP) foi ampliado. O volume de recursos disponíveis cresceu 18,4%, para R\$ 13,2 bilhões. Os limites de financiamento também aumentaram: o limite para custeio passou de R\$ 500 mil para R\$ 600 mil e, para investimento, passou de R\$ 300 mil para R\$ 350 mil. As taxas de juros foram reduzidas de 5% para 4,5% ao ano. A renda bruta anual para enquadramento do agricultor como médio produtor, que era de R\$ 800 mil, passou para R\$ 1,6 milhão.

Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica da Produção Agropecuária – Inovagro: haverá R\$ 1 bilhão para apoio à adoção de inovações tecnológicas, com taxa de juros de 3,5% ao ano. Nesta safra, dentre as atividades



prioritárias, estão a agricultura de precisão, o cultivo protegido de hortifrutigranjeiros e a automação para agricultura e a suinocultura.

Programa de Subvenção ao Seguro Rural – PSR: estão disponíveis R\$ 700 milhões para subvencionar o seguro rural, 75% a mais que na safra anterior. A alocação dos recursos priorizará áreas e produtos específicos.

- R\$ 525 milhões serão para regiões e produtos prioritários, como grãos e frutas temperadas. Nesses casos, a subvenção será de 60% do valor do prêmio;
- R\$ 175 milhões serão destinados aos demais produtos e regiões, com a subvenção correspondendo a 40% do valor do prêmio.

Essas medidas devem propiciar um crescimento de 80,5% da área segurada para 11,5 milhões de hectares e de 81% no número de produtores atendidos, que deve atingir 96 mil.

ESTÍMULO À ARMAZENAGEM

Os produtores, cooperativas e cerealistas terão crédito de R\$ 25 bilhões para financiar a construção de armazéns.

Os juros são de 3,5% ao ano e o prazo de pagamento é de até 15 anos. Serão destinados R\$ 500 milhões para modernizar e construir armazéns públicos, dobrando a capacidade de estoque da Conab. A meta é, em cinco anos, ampliar a capacidade de armazenamento em 65 milhões de toneladas.

Defesa agropecuária: serão modernizados seis Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros), com investimentos de R\$ 120 milhões. Haverá ainda, a consolidação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI – POA), facilitando o acesso dos estados e municípios ao programa. Será apoiada a criação do sistema de tipificação da carcaça bovina, incentivando os produtores na melhoria e padronização da carne.

Agricultura de baixo carbono – Programa ABC: R\$ 4,5 bilhões para financiar práticas sustentáveis na agricultura, aumento de 32% dos recursos disponíveis em relação à safra anterior. A taxa de juros é de 5% ao ano e o prazo de pagamento é de 15 anos. O limite de crédito para florestas plantadas passou de R\$ 1 milhão para R\$ 3 milhões.

Apoio ao cooperativismo: haverá duas linhas de crédito operadas pelo BNDES, para apoiar as cooperativas, em um total de R\$ 5,3 bilhões.

- **Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária – PRODECOOP:** financiamento para armazenagem e irrigação, com juros de 3,5% ao ano e de 5,5% nas demais operações.
- **Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias – PROCAP-AGRO:** crédito para capital de giro com juros de 6,5% ao ano e para integralização de quotas-partes, com juros de 5,5% ao ano.

Irrigação: R\$ 400 milhões disponíveis para financiar a implantação de sistemas de irrigação. A taxa de juros passou de 5,5% a 3,5% ao ano e o prazo para pagamento foi ampliado de 12 para 15 anos.

PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR 2013/2014

LANÇADO EM 2003, O PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR COMPLETA 10 ANOS. NESTE PERÍODO, O VOLUME DE RECURSOS DO PRONAF CRESCERAM 290%

CRIADA A AGÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – ANATER

A Anater tem o objetivo de integrar a assistência técnica e a pesquisa, ampliando o número de agricultores que têm acesso ao conhecimento e à inovação, independentemente de seu tamanho. Sua atuação será integrada com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e outros órgãos de pesquisa, promovendo a difusão e a transferência das tecnologias desenvolvidas. A parceria visa elevar a produção, a produtividade e a qualidade dos produtos agropecuários, bem como a melhoria da renda e do desenvolvimento sustentável no meio rural e ampliar a capacidade de armazenamento em 65 milhões de toneladas.



Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: R\$ 21 bilhões em crédito em condições especiais, um aumento de 17% em relação à safra anterior. Poderão ter acesso ao Pronaf os agricultores que tiverem renda anual de até R\$ 360 mil.

- **Custeio:** ampliação de 25% no limite de financiamento, que passa de R\$ 80 mil para R\$ 100 mil. Os juros são de 1,5% a 3,5% ao ano.
- **Investimento:** aumento no limite de financiamento, que passa de R\$ 130 mil para R\$ 150 mil, podendo chegar a R\$ 300 mil nas atividades que necessitam de maior mobilização de recursos, como suinocultura, avicultura e fruticultura. Para investimentos feitos em grupo, o limite é de R\$ 750 mil. Os juros são de até 2% ao ano, com até três anos de carência e prazo de até 10 anos para amortização.
- **Pronaf Inovação:** financiamento, com juros de 2% ao ano, para a aquisição de equipamentos e adoção de inovações tecnológicas. Serão priorizados o apoio aos chamados cultivos protegidos de frutas e verduras, às melhorias nos processos de criação de aves e suínos e à automação da produção de leite.
- **Pronaf B:** o agricultor familiar com renda bruta anual de até R\$ 10 mil poderá contratar até R\$ 3,5 mil pelo Pronaf B. Na safra passada, esse limite era de R\$ 2,5 mil.

Seguro da Agricultura Familiar – SEAF: beneficia todos os agricultores familiares que contrataram crédito de custeio do Pronaf. A adesão é automática e abrange todas as culturas com zoneamento climático. Garante as parcelas do financiamento e, ainda, um percentual de renda em casos de frustração da safra devido a adversidades climáticas.

Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF: nesta safra, 49 produtos terão cobertura. Assegura desconto no pagamento do financiamento do Pronaf Custeio ou do Pronaf Investimento, nos casos em que o preço do produto fique abaixo do preço de garantia calculado pela Conab.

Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: haverá R\$ 1,2 bilhão para compra de produtos da agricultura familiar. Os limites anuais por família foram ampliados de R\$ 4,5 mil para R\$ 5,5 mil, podendo chegar a R\$ 6,5 mil para agricultores ligados a cooperativas. Quando pelo menos 50% dos cooperados estiverem inscritos no Cadastro Único para

Programas Sociais ou os produtos forem exclusivamente orgânicos, agroecológicos ou da sociobiodiversidade, este limite será de R\$ 8 mil.

Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: R\$ 1 bilhão para a compra de produtos da agricultura familiar. No mínimo 30% dos recursos destinados à alimentação escolar devem ser utilizados na aquisição de produtos da agricultura familiar ou de assentados da reforma agrária.

PLANO SAFRA DO SEMIÁRIDO 2013/2014

O Plano Safra do Semiárido beneficiará os 1,6 milhão de agricultores da região. Serão R\$ 7 bilhões em crédito, para estimular a adoção de ações para convivência com o semiárido, como o fortalecimento de cultivos e a criação de animais mais adaptados às condições hídricas da região, além da adoção de sistemas produtivos com reservas de água.



Agricultura familiar

Crédito: R\$ 4 bilhões em crédito com juros subsidiados. Os recursos aplicados no custeio da produção terão juros anuais entre 1% e 3%. Para investimentos, os juros serão de até 1,5% ao ano, além de garantia de assistência técnica por três anos. Nas operações de microcrédito rural, os juros serão de 0,5% ao ano.

Compras públicas: R\$ 1,3 bilhão para aquisição de produtos da agricultura familiar, sendo R\$ 700 milhões no PAA e R\$ 600 milhões no PNAE. Uma nova modalidade do PAA destinará R\$ 100 milhões para aquisição de produtos para alimentação animal, e R\$ 50 milhões serão destinados à aquisição de sementes e mudas, que serão distribuídas gratuitamente, para produtores no semiárido.

Garantia Safra: 1,2 milhão de agricultores do semiárido terão sua renda garantida em caso de perda de, pelo menos, 50% da produção.

Garantia de Preço (PGPAF): maior reajuste do preço mínimo para produtos tradicionais da agropecuária do semiárido, como a carne de caprinos e ovinos (de R\$ 8,64 para R\$ 9,94 o quilo), leite (de R\$ 0,86 para R\$ 1,00 o litro) e mandioca (de R\$ 161,41 para R\$ 188 a tonelada).

Seguro da Agricultura Familiar (SEAF): redução da alíquota do prêmio do seguro de 2% para 1%, para os agricultores que contratarem operações de custeio.

Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater: garantida a 347 mil agricultores familiares, para estimular a adoção de sistemas de produção adaptados às condições do semiárido, garantindo reservas de água e de alimentação ao rebanho.

Fomento: R\$ 3 mil em recursos não reembolsáveis por família e assistência técnica para 30 mil famílias do Brasil sem Miséria que já possuem acesso à água para produção.

Médios e grandes agricultores

Crédito: R\$ 3 bilhões em crédito com juros subsidiados. Os médios produtores terão crédito de custeio com juros de 4% ao ano e crédito para investimento com juros de anuais de 2%. Para os grandes produtores, as taxas são de 5% para investimento e de 2% para custeio.

Seguro: o seguro associado ao crédito de custeio de até R\$ 300 mil terá alíquota reduzida de 3% para 2%.

Assistência Técnica: R\$ 10 milhões para garantir assistência técnica para os médios produtores rurais.

Armazenagem: aumento de 300 mil toneladas na capacidade instalada na região do semiárido, por meio da construção de quatro novos armazéns da Conab e modernização de outros 18.

CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA QUITAÇÃO E RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS

Prorrogação do prazo de pagamento: as parcelas das dívidas com vencimento em 2012, 2013 e 2014 tiveram o prazo de pagamento prorrogado por 10 anos. O primeiro pagamento será em 2016, no caso do Pronaf, e em 2015 nas demais linhas, com desconto de 80% para as operações do Pronaf.

Suspensão das cobranças: até dezembro de 2014, as dívidas dos agricultores do semiárido estão suspensas e não poderão ser executadas pelos bancos.

Créditos contratados até 2006

Desconto na quitação: agricultores que quiseram pagar as dívidas contratadas até 2006 terão desconto, que varia conforme o valor do débito:

- Até R\$ 15 mil: desconto de até 85%;
- Entre R\$ 15 mil e R\$ 35 mil: desconto de até 75%;
- Entre R\$ 35 mil e R\$ 100 mil: desconto de até 50%.

Recomposição de dívidas: nova linha de crédito para recompor as dívidas de até R\$ 200 mil. O agricultor terá 10 anos para pagar e até três anos de carência. Para dívidas de até R\$ 35 mil, o agricultor terá um bônus de adimplência de até 15%.

Créditos contratados entre 2007 e 2011: as operações de crédito contratadas entre 2007 e 2011 e que estavam inadimplentes em dezembro de 2011 também poderão ser renegociadas. O agricultor terá até 10 anos para quitar o débito, com 3 anos de carência.

Além de condições especiais para renegociação de dívidas, os produtores de cana-de-açúcar do Nordeste receberão subvenção de R\$ 12 por tonelada, limitadas a 10 mil toneladas por produtor. Os produtores de etanol da região também serão beneficiados com uma subvenção de R\$ 0,20 por litro produzido.

Governo Federal investe em obras estruturantes e em ações emergenciais

Oferta de água e apoio aos produtores e à população para diminuir impactos

As ações de enfrentamento aos efeitos da seca no Nordeste e em Minas Gerais foram iniciadas em abril de 2012, atendendo 1.133 municípios do semiárido e outros 307 em situação de emergência em decorrência da estiagem.

As medidas, implementadas em parceria com estados e municípios, combinam ações emergenciais, que proporcionam apoio imediato à população atingida, com ações estruturantes, que visam mais segurança no abastecimento de água, aumentando a capacidade de convivência com a seca.

OFERTA DE ÁGUA

Operação Carro Pipa

Atualmente são 7.718 carros-pipa distribuindo água potável para a população situada nas regiões afetadas pela seca em 1.126 municípios. Destes carros, 5.365 são contratados pelo Governo Federal e operam sob coordenação do Exército, e outros 2.353 são contratados pelos governos estaduais.

Água para Todos

Cisternas

Consumo: 339,1 mil cisternas instaladas entre junho de 2011 e junho de 2013. Mais 144 mil serão entregues até dezembro de 2013.

Produção: 14,6 mil cisternas entregues entre junho de 2011 e junho de 2013. Mais 25 mil serão entregues até dezembro de 2013.

Recuperação de Poços

A recuperação e a construção de poços de água em áreas críticas são garantidas por meio de repasse de recursos federais aos estados.

Poços Profundos: 21 poços de grande vazão serão perfurados pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), todos com entregas previstas até novembro de 2013. Quatro deles estão em execução, nos municípios de Canudos (BA), Euclides da Cunha (BA), Apodi (RN) e Serra Talhada (PE).

Poços: 303 poços com adução e distribuição de água em comunidades rurais já foram instalados ou recuperados pelos governos estaduais, de um total de 2.545 previstos.

PAC EQUIPAMENTOS

Serão beneficiados 1.440 municípios, com um kit de cinco máquinas: retroescavadeira, motoniveladora, caminhão-caçamba, pá-carregadeira e caminhão-pipa.

EQUIPAMENTOS

EQUIPAMENTOS ENTREGUES

2.595	1.440	RETROESCAVADEIRAS	
	1.155	MOTONIVELADORAS	

EQUIPAMENTOS A ENTREGAR

4.605	285	MOTONIVELADORAS	
	1.440	CAMINHÕES-CAÇAMBA	
	1.440	PÁS-CARREGADEIRAS	
	1.440	CAMINHÕES-PIPA	

FONTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Os equipamentos permitem a abertura e manutenção de estradas vicinais, facilitam o deslocamento e o escoamento da produção, além de ajudar na realização de obras de enfrentamento à seca, como a construção e a manutenção de pequenas barragens, poços e barreiros.

APOIO AOS PRODUTORES RURAIS

O Governo Federal adotou medidas de apoio aos agricultores atingidos pela estiagem, por meio da garantia de renda às famílias afetadas e do subsídio à alimentação dos rebanhos.

Bolsa Estiagem: beneficia 1,1 milhão de famílias em 1.398 municípios em situação de emergência, totalizando desembolso de R\$ 887 milhões entre julho de 2012 e junho de 2013.

Garantia Safra: até junho, foram atendidos 769 mil agricultores em 1.015 municípios, com o pagamento do seguro relativo à safra 2011/2012. Para a safra 2012/2013, já estão cadastrados 971 mil agricultores em 1.113 municípios, que estarão aptos a receber o seguro em caso de perdas.

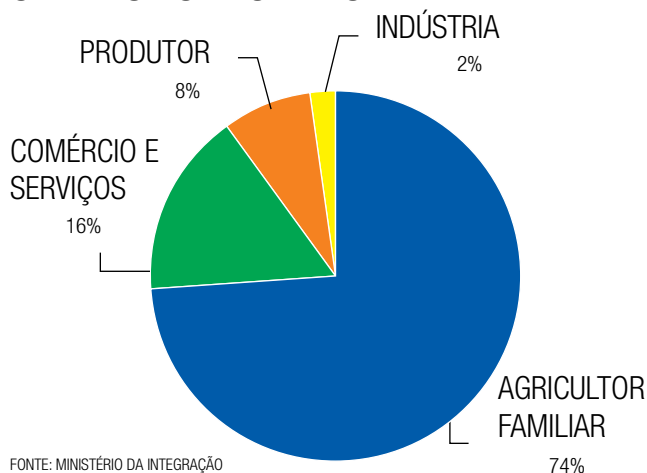
Venda de milho: realizados 160 mil atendimentos com comercialização de 579 mil toneladas de milho, por meio de compra direta do produtor junto à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a preços subsidiados.

CRÉDITO EMERGENCIAL

Foram contratadas 386 mil operações da linha de crédito emergencial em 1.449 municípios, totalizando R\$ 2,7 bilhões.

A concessão de crédito possibilita investimento, capital de giro e custeio agrícola e pecuário para produtores rurais, comerciantes, prestadores de serviços, empresas agroindustriais e industriais prejudicados pela estiagem.

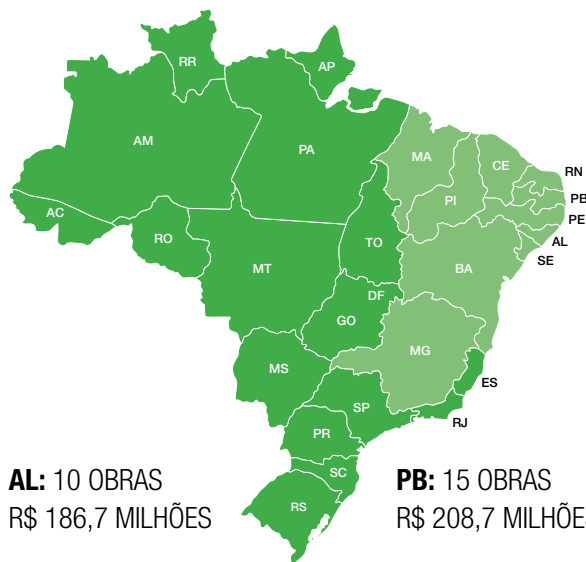
CRÉDITO POR TOMADOR



O limite de crédito varia de R\$ 2,5 mil a R\$ 100 mil, com juros de 1% a 3,5% ao ano.

PAC SECA

Foram selecionados 188 empreendimentos estruturantes, para aumentar a oferta de água no semiárido e permitir a melhoria nas condições de convivência da população com os efeitos da estiagem.



AL: 10 OBRAS
R\$ 186,7 MILHÕES

PB: 15 OBRAS
R\$ 208,7 MILHÕES

BA: 38 OBRAS
R\$ 697,5 MILHÕES

PE: 20 OBRAS
R\$ 273,0 MILHÕES

CE: 42 OBRAS
R\$ 306,0 MILHÕES

PI: 17 OBRAS
R\$ 452,4 MILHÕES

MA: 4 OBRAS
R\$ 43,9 MILHÕES

RN: 15 OBRAS
R\$ 170,9 MILHÕES

MG: 24 OBRAS
R\$ 200,2 MILHÕES

SE: 3 OBRAS
R\$ 156,7 MILHÕES

TOTAL: 188 OBRAS
R\$ 2.696,0 MILHÕES

FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

DEFESA CIVIL

Foram autorizados R\$ 340,57 milhões para os governos estaduais e municipais atuarem no socorro, assistência às pessoas afetadas pela estiagem e para o restabelecimento de serviços essenciais, dos quais R\$ 260,57 milhões já foram pagos por meio do Cartão de Pagamento da Defesa Civil.

Enfrentamento à violência contra a Mulher

Serviços integrados para atendimento e proteção das mulheres

Em março de 2013, foi lançado o Programa Mulher: Viver sem Violência, que visa fortalecer o combate à violência contra as brasileiras e garantir o acesso das mulheres vítimas de violência ao atendimento integral e humanizado, por meio das seguintes estratégias:

- Estruturação da Casa da Mulher Brasileira.
- Ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180.
- Organização do atendimento às vítimas de violência sexual.
- Ampliação dos Centros de Atendimento nas regiões de fronteiras secas.
- Realização de campanhas de conscientização.

Serão investidos R\$ 265 milhões até 2014 para a articulação dos serviços públicos, integrando as áreas de segurança, justiça, saúde, assistência social e orientação para trabalho, emprego e renda.

O programa terá gestão descentralizada e intersetorial, exigindo a adesão de estados e de municípios e a cooperação com Tribunais de Justiça, Ministério Público e Defensorias Públicas estaduais.

O Distrito Federal já assinou o Termo de Adesão ao programa. Até final de agosto, está prevista a adesão de mais seis estados: Paraná, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba e São Paulo.

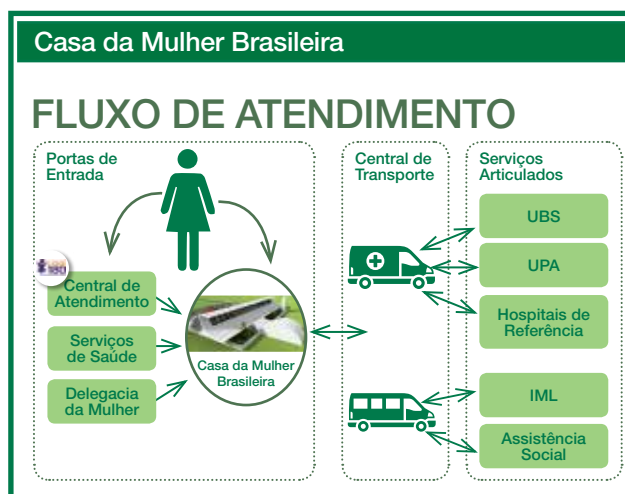
CASA DA MULHER BRASILEIRA

A Casa da Mulher Brasileira irá concentrar, em um mesmo espaço físico, as principais áreas de atendimento às mulheres, garantindo acesso a um serviço qualificado e humanizado.

A Casa será composta por delegacia, juizado, defensoria e promotoria especializados; equipe multidisciplinar com profissionais de psicologia, assistência social, sociologia e educação; brinquedoteca; espaço de convivência; leitos de abrigamento provisório; e uma Central de Transportes, disponível 24 horas, para encaminhamento a serviços externos.

Será também oferecido o Serviço de Promoção da Autonomia Econômica das Mulheres, com equipes para orientação ao emprego e renda, além de informações sobre vagas de emprego do Sistema Nacional de Emprego (Sine), documentação civil, qualificação profissional e inclusão das mulheres atendidas nos diversos programas sociais do Governo Federal.

Será priorizada a construção de Casas da Mulher Brasileira nas 27 capitais.



CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER

Desde sua criação, em 2007, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 já realizou mais de 3 milhões de atendimentos. A ampliação da Central visa democratizar, cada vez mais, o acesso da população a este mecanismo de denúncia, bem como aprimorar a produção de dados e de indicadores sobre a violência contra as mulheres.

Para isso, a estrutura de atendimento da Central será ampliada e o Sistema Integrado de Atendimento às Mulheres (SIAM) será aprimorado para consolidar o registro dos atendimentos realizados por todos os

serviços da rede de atenção. A central também funcionará como um disque-denúncia, com a possibilidade de acionamento imediato da Polícia Militar e de ambulâncias de emergência.

O Ligue 180 será ampliado para mais 10 países até o final de 2014. Atualmente, o serviço está disponível para brasileiras que residem na Espanha, Itália e Portugal.

ATENDIMENTO ÀS VITIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

A organização do atendimento às vítimas de violência sexual tem como principal objetivo humanizar e qualificar este atendimento.

Os hospitais de referência terão condições técnico-operacionais de coletar e armazenar material para subsidiar as investigações e os processos judiciais nos casos de violência sexual.

DIRETRIZES PARA O ATENDIMENTO:

- Acolhimento e atendimento humanizados;
- Espaço de escuta qualificado e garantia de privacidade durante o atendimento;
- Informação prévia às mulheres sobre o atendimento e a importância das condutas médicas, multiprofissionais e policiais;
- Identificação e orientação às mulheres sobre os serviços de referência e sobre as unidades do sistema de garantia de direitos;
- Disponibilização de transporte 24h até os serviços de referência; e
- Capacitação de profissionais da segurança pública e da saúde.

ATENDIMENTO NAS FRONTEIRAS

Os Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteiras secas serão ampliados e atuarão de forma integrada na prevenção e no atendimento às vítimas de violência, considerando as especificidades da região e a garantia dos direitos dessas mulheres.

Serão celebrados acordos de cooperação bilateral com os países de fronteira, para instituir políticas públicas convergentes. Atualmente, existem três centros nas regiões fronteiriças e seis novos serviços serão criados.



ATRIBUIÇÕES DOS CENTROS DE ATENDIMENTO:

- Acolher prioritariamente as mulheres migrantes em situação de violência;
- Identificar e encaminhar casos de tráfico de mulheres e de outras violações de direitos humanos;
- Indicar serviços disponíveis para apoio, assistência integral e promoção da autonomia;
- Orientar sobre a regularização de documentação, inserção no mercado de trabalho formal, em programas sociais e de qualificação profissional;
- Atender de forma humanizada, qualificada e efetiva, nos aspectos psicológico, social e jurídico;
- Contribuir para a prevenção da violência de gênero e o tráfico de mulheres;
- Produzir dados sobre os atendimentos realizados;
- Capacitar permanentemente os profissionais.

CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO

As campanhas buscam a construção de valores igualitários entre mulheres e homens, a desnaturalização e o enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres.

Deverão acontecer trimestralmente, a partir de agosto, promovendo um diálogo permanente com a sociedade sobre o tema, de forma a intervir em padrões culturais e possibilitar a mudança de comportamentos.

Governo Federal amplia o diálogo com estados e municípios para acelerar os investimentos

Mais recursos para executar obras e qualificar serviços

ENCONTROS ESTADUAIS COM NOVOS PREFEITOS E PREFEITAS

Em complemento ao Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, realizado em janeiro deste ano, o Governo Federal deu início a um ciclo de eventos em todos os estados, em parceria com os governos estaduais e associações de municípios.

O objetivo é orientar e dirimir as dúvidas dos gestores sobre a contratação e a execução de programas federais, acelerando os investimentos para beneficiar a população. Ainda são abordadas as oportunidades de financiamento para projetos locais.

Já foram realizados encontros em 12 estados (SE, MS, ES, MT, RJ, PI, RN, PA, PR, CE, TO e SP) com a mobilização de mais de 14 mil gestores municipais, sendo 1.542 prefeitos, além de ministérios e diversos órgãos federais.

Representações federais nos estados se articulam para fortalecer diálogo federativo

Para facilitar o encaminhamento de demandas dos gestores estaduais e municipais junto ao Governo Federal, desde março estão instituídos nos estados os Fóruns de Gestores Federais. Esses fóruns reúnem representantes da administração pública federal, sediados em cada estado, com a proposta de assessorar os governos locais na solução de problemas comuns. Com isso, questões pendentes poderão ser solucionadas mais rapidamente, com mais economia e facilidade.

Até o momento, foram instituídos 11 fóruns com 334 órgãos federais envolvidos.

PAC EQUIPAMENTOS

Ao todo, 5.061 municípios serão beneficiados com 18.073 equipamentos e, para isso, serão investidos R\$ 5 bilhões. Todos os municípios receberão uma retroescavadeira, uma motoniveladora e um caminhão-caçamba.

A entrega de máquinas para melhoria das estradas vicinais já chegou a 3 mil municípios com menos de 50 mil habitantes ou localizados na região do semiárido. Devido à seca, estão sendo priorizados os 1.440 municípios afetados, que também receberão caminhões-pipa e pás-carregadeiras.



DESONERAÇÕES PERMITEM A REDUÇÃO DAS PASSAGENS DO TRANSPORTE COLETIVO

Em maio, foi concedida isenção do PIS/COFINS aos serviços de transporte coletivo rodoviário, metroviário e ferroviário, deixando de incidir a alíquota de 3,65% sobre o faturamento das empresas de transporte coletivo.

Essa medida complementa a prevista na lei 12.715/2012, que desonerou a folha das empresas de transporte coletivo rodoviário por meio da substituição da contribuição de 20% sobre a folha de pagamento pelo recolhimento de 2% sobre o faturamento. Ainda em julho, foi proposta a desoneração da folha de pagamento para o transporte coletivo metroviário e ferroviário, a iniciar em janeiro de 2014.

Com as desonerações, os custos das empresas foram reduzidos em 7,23 pontos percentuais (p.p.), no caso de ônibus, e 10,75 p.p. no caso de trens e metrô.

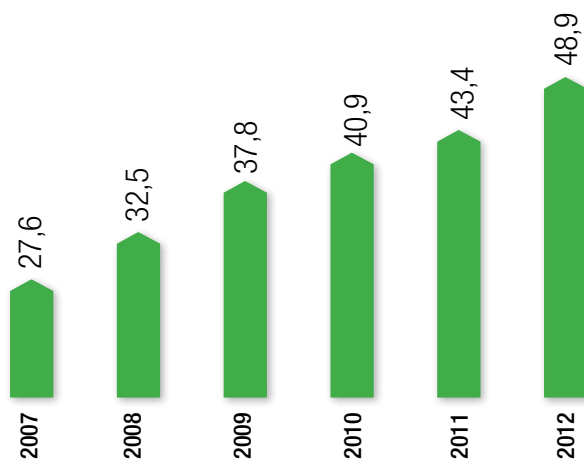
AMPLIAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS NA SAÚDE

Nos últimos cinco anos, os recursos do orçamento federal transferidos fundo a fundo tiveram incrementos ano a ano.

As transferências para custeio da atenção básica, média e alta complexidades tiveram variação de 77,2% nos últimos cinco anos, alcançando R\$ 48,9 bilhões em 2012.

TRANSFERÊNCIAS PARA ATENÇÃO BÁSICA, MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

FUNDO A FUNDO – EM R\$ BILHÕES



FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE – SAGE

GOVERNO FEDERAL ANUNCIA NOVAS MEDIDAS PARA OS MUNICÍPIOS

O anúncio ocorreu em julho, durante a XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. São R\$ 3 bilhões pagos em duas parcelas em agosto de 2013 e abril de 2014, sem vinculação, para custeio de serviços públicos. Este montante que equivale a 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) anual. As outras medidas envolvem:

- Aumento no repasse do Piso de Atenção Básica (PAB) da Saúde em R\$ 600 milhões por ano.
- Acesso direto ao programa Minha Casa Minha Vida, por todos os municípios com menos de 50 mil habitantes, sem seleções, contando com R\$ 4,7 bilhões para 135 mil novas moradias.
- R\$ 3 bilhões entre 2013 e 2014 reservados para o Programa Mais Médicos, para investimentos no pagamento de médicos, equipe de enfermagem, equipes de saúde bucal e manutenção de postos de saúde.
- Construção, ampliação ou reforma de Unidades Básicas de Saúde – UBS e Unidades de Pronto Atendimento – UPA, com recursos de R\$ 5,5 bilhões.
- Construção de mais 2.200 mil creches e escolas de Educação Infantil, com aporte de R\$ 3,6 bilhões.



Brasil e o Mundo

Brasil e o Mundo

Equilíbrio entre atuação multilateral, regional e bilateral marca o período

AGENDA MULTILATERAL E REGIONAL

V Cúpula do BRICS

A Cúpula do BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, ocorreu em 27 de março, em Durban (África do Sul). Os Chefes de Estado e de Governo decidiram constituir um Arranjo Contingente de Reservas (CRA) no valor de US\$ 100 bilhões. Também comprometeram-se com a criação de um novo Banco de Desenvolvimento a ser liderado pelos cinco países, com o objetivo de financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Por iniciativa da África do Sul, os mandatários do BRICS se reuniram com lideranças do continente africano, em evento intitulado “Liberando o Potencial da África: Cooperação entre BRICS e África em Infraestrutura”. O Brasil sediará a próxima Cúpula do BRICS, em 2014.

Reunião Extraordinária de Cúpula da UNASUL e eleições presidenciais na Venezuela

Foi realizada em 18 de abril, em Lima (Peru), a Reunião Extraordinária de Chefes e Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). O encontro tratou da situação na Venezuela e apoiou o processo democrático e a estabilidade institucional naquele país, na sequência das eleições presidenciais de 14 de abril.

Jubileu de Ouro da União Africana

Em 25 de maio, em Adis Abeba, capital da Etiópia, o Brasil participou como convidado especial da comemoração do Jubileu de Ouro da União Africana, organização que assume crescente importância na busca de soluções para questões do próprio continente, no processo de democratização e de fortalecimento institucional da região. Na ocasião, foi anunciada a intenção de conceder o perdão das dívidas de doze países africanos em relação ao

Brasil, assim como a criação de linhas de crédito junto ao BNDES para apoiar novos investimentos na África. O Brasil é um dos países que tem maior presença diplomática na África, com 37 embaixadas e projetos de cooperação técnica que beneficiam 43 países do continente.

XLIII ASSEMBLEIA-GERAL DA OEA

O Brasil participou da XLIII Assembleia-Geral da OEA, em Antígua (Guatemala), de 4 a 6 de junho, cujo tema central foi “Por uma Política Integral de Luta Contra as Drogas nas Américas”. Na ocasião, o País apoiou o início de processo de reforma da Organização e de fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Entre os resultados da reunião, destacam-se:

- A aprovação de Resolução sobre Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade e Expressão de Gênero;
- A aprovação da Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância;
- A aprovação da Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância.

O Brasil foi um dos primeiros Estados que aderiu às Convenções, assinando-as ainda durante a reunião em Antígua. Em 2005, o País apresentou o projeto de resolução que criaria o Grupo de Trabalho encarregado de elaborar estes tratados internacionais.

Assinatura do Tratado sobre o Comércio de Armas

Em cerimônia realizada no dia 3 de junho, na sede das Nações Unidas, em Nova York, o Brasil, juntamente com mais de 60 países, assinou o Tratado sobre o Comércio de Armas. O País participou ativamente do processo de negociação desse tratado desde seus primeiros momentos, apoiando a regulamentação das transferências internacionais de armas convencionais, com o objetivo de reduzir a possibilidade de que tais armas sejam desviadas para o mercado ilícito – evitando, portanto, que contribuam para conflitos internos e alimentem a violência armada.

Assinatura de tratado sobre direitos autorais e acessibilidade para leitura de textos impressos

O Brasil assinou, em 28 de junho, em Marraqueche (Marrocos), Tratado sobre Limitações e Exceções aos Direitos Autorais em Benefício de Pessoas com Deficiência Visual e com Dificuldade de Leitura de Textos Impressos. O País foi um dos patrocinadores da proposta que originou o tratado. Atualmente, menos de 1% das obras publicadas no mundo são convertidas em formatos acessíveis às 314 milhões de pessoas com deficiência visual.

Eleição para a Comissão de Estatística

O Brasil foi eleito para a Comissão de Estatística das Nações Unidas, com mandato para o período 2014-2017. A Comissão é o principal fórum de decisão para atividades

estatísticas internacionais, influenciando a definição de indicadores econômicos e sociais. Seus trabalhos terão particular relevância no contexto da definição dos indicadores relativos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, acordados por ocasião da Conferência Rio+20, e do seguimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

BRASILEIROS SÃO ELEITOS PARA ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Em 14 de maio de 2013, o Embaixador **Roberto de Azevêdo** foi eleito para o cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio para o período 2013-2017.

Em 3 de junho de 2013, o Embaixador **José Augusto Lindgren Alves** foi reeleito para o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da ONU.

Em 6 de junho de 2013, o ex-Ministro-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República **Paulo de Tarso Vannuchi** foi eleito para integrar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

O General brasileiro **Carlos Alberto dos Santos Cruz** foi designado para exercer o comando militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo.



ROBERTO STUCKERT FILHO/PR

Reunião Extraordinária de Cúpula UNASUL, realizada em abril de 2013 em Lima (Peru)

AGENDA BILATERAL

Visitas à Venezuela

Em 7 de março, ocorreu visita oficial a Caracas, por ocasião das cerimônias fúnebres do Presidente Hugo Chávez. Em 19 de abril, houve nova visita oficial a Caracas para participar da posse do novo Presidente da Venezuela.

Visita ao Vaticano

Em 19 de março, houve presença na missa inaugural do Pontificado de Sua Santidade o Papa Francisco, realizada na Praça de São Pedro, Cidade do Vaticano.

Visita à Argentina

Na visita oficial à Argentina, em 25 de abril, foram destacadas a parceria estratégica entre os dois países e a importância do relacionamento fluido entre o Brasil e a Argentina no contexto regional, além da relevância da atuação coordenada para o fortalecimento do MERCOSUL, da UNASUL e da CELAC.

Visita à Etiópia

Houve visita oficial à Etiópia, no contexto do Jubileu de Ouro da União Africana. No dia 24 de abril, ocorreu encontro com o Primeiro-Ministro da Etiópia, quando foram assinados quatro acordos de cooperação, nas áreas agrícola, de ciência, tecnologia e inovação, de educação e de serviços aéreos.

Visita a Portugal

Foi realizada visita oficial a Portugal em 10 de junho, data nacional portuguesa. Em Lisboa, houve reuniões com o Presidente e o Primeiro-Ministro, com quem celebrou a XI Cimeira Brasil-Portugal. Em comunicado conjunto emitido ao final dos encontros, os dois países reafirmaram o compromisso de plena implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

A visita marcou o encerramento do Ano do Brasil em Portugal e do Ano de Portugal do Brasil, promovidos entre 7 de setembro de 2012 e 10 de junho de 2013. As temporadas celebraram a diversidade e o dinamismo da produção cultural contemporânea nos dois países e forjaram parcerias nas áreas de ciência e tecnologia.

Visita do Primeiro-Ministro da Nova Zelândia

Em 11 de março, o Primeiro-Ministro da Nova Zelândia foi recebido no Brasil, na primeira visita de Chefe de Governo neozelandês ao País desde 2001. Foram assinados Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e de Inovação, com a finalidade de apoiar e complementar o Programa Ciência sem Fronteiras, e o Acordo sobre Serviços Aéreos.

Visita do Presidente do Egito

O Presidente do Egito, Mohamed Morsi, realizou visita ao Brasil entre 8 e 9 de maio, a primeira de um Chefe de Estado egípcio ao País. Durante a visita, foram firmados acordos de cooperação técnica e memorandos de entendimento nas áreas de desenvolvimento social e agrário, além de protocolo de cooperação entre a Fundação Biblioteca Nacional e a Biblioteca de Alexandria.

O Governo brasileiro tem acompanhado a grave situação política no Egito, que envolveu a destituição do Presidente Morsi em 3 de julho, e conclamado as forças políticas locais ao diálogo e à conciliação, para que as justas aspirações da população egípcia por liberdade, democracia e prosperidade possam ser alcançadas sem violência e com a plena vigência da ordem democrática.

Visita do Presidente da Venezuela

Em 9 de maio, o Presidente da Venezuela foi recebido em visita oficial ao Brasil, dando continuidade à sequência de reuniões periódicas de alto nível entre autoridades dos dois países. A cooperação entre Brasil e Venezuela inclui iniciativas de integração produtiva, segurança alimentar, políticas públicas, saúde e desenvolvimento social e tecnológico. Em 2012, o comércio bilateral alcançou o recorde histórico de US\$ 6,05 bilhões, e as exportações de manufaturados para a Venezuela alcançaram 65% da pauta exportadora do Brasil.

Visita do Presidente da Alemanha

Foi realizada reunião de trabalho com o Presidente da República Federal da Alemanha no dia 13 de maio. Naquela ocasião, os dois presidentes participaram da cerimônia de abertura do 31º Encontro Econômico Brasil-Alemanha, evento tradicionalmente organizado pela Confederação Nacional da Indústria e pela Federação das Indústrias Alemãs.



SHUTTERSTOCK

Visita do Vice-Presidente dos Estados Unidos

O Vice-Presidente dos Estados Unidos foi recebido no Brasil no dia 31 de maio. Foram discutidas as perspectivas da cooperação bilateral nas áreas de energia, defesa, educação, ciência e tecnologia e comércio e investimentos.

ATIVIDADE CONSULAR

Ingresso de haitianos no Brasil

O Governo brasileiro mantém na região de fronteira do Acre uma Força-Tarefa para prover serviços de assistência médica, regularização migratória e documental e cadastramento dos migrantes em programas assistenciais do Governo Federal. Entre as medidas adotadas no período, destaca-se a decisão de eliminar o teto anual de concessão de até 1.200 vistos, estipulado pelo Conselho Nacional de Imigração. A decisão visa organizar e administrar a demanda haitiana por emigração para o Brasil; desencorajar a emigração ilegal; combater as redes de “coiotes” que têm atuado nas rotas de ingresso de haitianos em território brasileiro; e evitar que cidadãos haitianos se exponham a riscos de segurança e saúde em busca de uma oportunidade no Brasil.

Portal do Retorno

Para apoiar o processo de retorno dos emigrantes brasileiros, muitas vezes antecipado em razão da crise econômica nos países de acolhimento e dificultado pelo longo período passado longe do Brasil, o Itamaraty desenvolveu o sítio eletrônico Portal do Retorno (retorno.itamaraty.gov.br).

O Portal reúne informações úteis sobre documentação, trabalho, apoio à abertura de pequenos negócios, capacitação profissional, educação financeira e previdência social, entre outros assuntos de ordem prática voltados aos brasileiros no exterior que estão em processo de retorno.

TEMAS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Abertura do mercado japonês à carne suína de Santa Catarina

Em 24 de maio foi formalizada, após oito anos de negociações, a conclusão do processo de abertura do mercado japonês à carne suína *in natura* procedente de Santa Catarina, que possui *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação.

No início de junho de 2013, oito estabelecimentos brasileiros já foram autorizados a exportar para o Japão, país que é o maior importador de carne suína do mundo, com cerca de 780 mil toneladas em 2012. Estimativas preliminares do setor no Brasil preveem exportações anuais ao Japão no valor de US\$ 200 milhões.

Autorização para a comercialização da Soja GM Intacta RR

Foi confirmada, em junho, a autorização de exportar para a China a soja produzida com semente do tipo GM Intacta RR. Mais resistente a pragas, a nova semente propicia importantes ganhos de produtividade aos produtores brasileiros.



Agenda Normativa

ECONÔMICA E FINANCEIRA

MEDIDAS PROVISÓRIAS

610, de 2.4.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Amplia o valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2011/2012. • Amplia o Auxílio Emergencial Financeiro relativo aos desastres ocorridos em 2012. • Autoriza a distribuição de milho para venda a pequenos criadores.
612, de 4.4.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Reestrutura o modelo jurídico de organização dos recintos aduaneiros de zona secundária. • Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/COFINS incidentes sobre as indenizações geradas pela geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. • Dispõe sobre multa pecuniária pelo descumprimento do Programa INOVAR-AUTO.
613, de 7.5.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/COFINS na venda de álcool.
615, de 17.5.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores de cana-de-açúcar e de etanol da região Nordeste da safra 2011/2012 e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros. • Dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB. • Autoriza a União a emitir títulos da dívida pública mobiliária federal.
617, de 31.5.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário e ferroviário de passageiros.
618, de 5.6.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre a concessão de garantia da União a entidades controladas indiretamente pelos entes da Federação. • Autoriza o aumento do capital social da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. • Altera o cálculo da receita líquida real dos municípios. • Autoriza a União a conceder crédito ao BNDES. • Promove ações de cooperação energética com países da América Latina.
620, de 12.6.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, no âmbito do Programa Minha Casa Melhor, e constitui fonte adicional de recursos para a Caixa.

LEIS

12.793, de 2.4.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO. • Autoriza a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxa de juros nas operações de crédito para investimentos no âmbito do FDCO. • Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. • Constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa e do Banco do Brasil. • Estende à região Centro-Oeste incentivos fiscais vigentes em benefício das regiões Norte e Nordeste.
---------------------	--

12.794, de 2.4.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Altera a contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços. • Permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda. • Institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes. • Dispõe sobre a abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa. • Altera a incidência da Contribuição para o PIS/COFINS na comercialização da laranja. • Reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga.
12.806, de 7.5.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Autoriza pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra para a safra 2011/2012. • Amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro.
12.810, de 15.5.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre o parcelamento de débitos relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
12.814, de 16.5.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre autorização para concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a aquisição e produção de bens de capital e a inovação tecnológica e em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo Federal. • Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica em operações destinadas a financiamentos a diferentes setores da economia. • Dispõe sobre concessão de subvenção econômica em financiamentos destinados a beneficiários localizados em municípios atingidos por desastres naturais.
12.822, de 5.6.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Abre crédito ao Banco Central do Uruguai, sob a forma de margem de contingência reciprocamente concedida no âmbito do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML).
12.832, de 20.6.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Reduz a incidência de Imposto de Renda sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa. • Dispõe sobre a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas.
12.833, de 20.6.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO. • Constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa.

DECRETOS

7.950, de 12.3.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Institui o Banco Nacional de Perfis Genéticos e a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.
7.956, de 12.3.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Altera a regulamentação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.
7.969, de 28.3.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Prorroga a validade de habilitação ao INOVAR-AUTO.
7.970, de 28.3.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamenta o estabelecimento de normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa.
7.971, de 28.3.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Altera a Tabela de Incidência do IPI – TIPI referente a veículos.
7.976, de 1.4.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Cria a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF e especifica o seu capital social inicial.

7.977, de 2.4.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre o aporte de recursos da União para ampliação do valor do Auxílio Emergencial Financeiro relativo a desastres e sobre a ampliação do valor adicional do benefício Garantia-Safra para a safra 2011/2012.
7.978, de 2.4.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Autoriza a concessão de bônus de adimplência para operações de crédito rural contratadas no âmbito do Pronaf, nos municípios da área de abrangência da Sudene.
7.990, de 24.4.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre a incidência do IPI no mercado interno e na importação relativo aos cigarros. • Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do IPI.
7.997, de 7.5.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre a fixação de coeficiente para redução das alíquotas específicas da Contribuição para o PIS/PASEP e do COFINS incidentes sobre a receita bruta auferida na venda de álcool e estabelece os valores dos créditos dessas contribuições, que podem ser descontados na aquisição de álcool anidro para adição à gasolina.
7.998, de 7.5.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste.
8.002, de 14.5.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre margens de preferência na aquisição de pás carregadoras, tratores de lagarta e produtos afins.
8.003, de 15.5.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos.
8.010, de 16.5.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre a regulamentação da administração das atividades aduaneiras, a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.
8.015, de 17.5.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre a regulamentação do INOVAR-AUTO.
8.017, de 17.5.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Reduz as alíquotas do IPI incidentes sobre extratos concentrados de sementes de guaraná, extrato de açaí e sucos de frutas destinados à elaboração de refrigerantes e refrescos
8.019, de 27.5.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Avaliação do Simples Nacional.
8.020, de 29.5.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Autoriza o repasse dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.
8.025, de 6.6.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre o Fundo de Terras e da Reforma Agrária.
8.026, de 12.6.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. • Dispõe sobre o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar. • Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
8.035, de 28.6.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Altera a Tabela de Incidência do IPI – TIPI, referente a fogões, geladeiras e móveis.

INFRAESTRUTURA**MEDIDAS PROVISÓRIAS****619, de
6.6.2013**

- Regulamenta atuação do Governo Federal na modernização, construção, ampliação ou reforma de armazéns destinados às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários.
- Dispõe sobre a condição de segurado especial e sobre prazos do penhor rural.
- Atribui força de escritura pública aos contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.
- Institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas.

LEIS**12.815, de
5.6.2013**

- Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.

DECRETOS**7.967, de
22.3.2013**

- Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

**7.970, de
28.3.2013**

- Regulamenta normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa.

**7.980, de
08.4.2013**

- Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

**7.983, de
08.4.2013**

- Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.

**7.991, de
24.4.2013**

- Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

**8.002, de
14.5.2013**

- Dispõe sobre margens de preferência na aquisição de pás carregadoras, tratores de lagarta e produtos afins.

**8.022, de
31.5.2013**

- Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

**8.024, de
4.6.2013**

- Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil.

**8.032, de
25.6.2013**

- Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

**8.033, de
27.6.2013**

- Regulamenta as disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias.

SOCIAL

MEDIDAS PROVISÓRIAS

614, de
14.5.2013

- Estrutura a carreira de Magistério Superior em classes, decorrente da titulação, e define os respectivos níveis de vencimentos.

LEI COMPLEMENTAR

142, de
8.5.2013

- Regulamenta a aposentadoria da pessoa com deficiência como segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, estabelecendo contagem de tempo reduzido a depender do grau de deficiência e a forma de cálculo do salário de benefício.

LEIS

12.796, de
4.4.2013

- Altera a LDB e dispõe sobre a formação dos profissionais da educação.

12.802, de
24.4.2013

- Dispõe sobre o momento para realização da reconstrução mamária.

12.805, de
29.4.2013

- Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

12.812, de
5.6.2013

- Dispõe sobre a estabilidade provisória da gestante.

12.813, de
16.5.2013

- Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego.
- Define quem se submete ao regime e que hipóteses configuram-se como conflito de interesse.

12.816, de
5.6.2013

- Amplia o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante no Pronatec.
- Altera as condições de incidência da contribuição previdenciária sobre planos educacionais e bolsas de estudo.
- Dispõe sobre o apoio da União às redes públicas de educação básica na aquisição de veículos para o transporte escolar.
- Permite que os entes federados usem o registro de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em ações e projetos educacionais.

12.817, de
5.6.2013

- Amplia a idade limite de crianças e de adolescentes que compõem as unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família.

12.818, de
5.6.2013

- Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA.

12.824, de
5.6.2013

- Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

12.825, de 5.6.2013 • Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB.

12.826, de 5.6.2013 • Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Cariri – UFCA.

12.830, de 20.6.2013 • Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.

DECRETOS

7.943, de 5.3.2013 • Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.
• Promove formalização das relações de trabalho no campo.

7.957, de 12.3.2013 • Cria Gabinete Permanente de Gestão para Proteção do Meio Ambiente.
• Amplia participação das Forças Armadas no combate aos crimes ambientais, especialmente na Amazônia.

7.958, de 13.3.2013 • Estabelecem diretrizes para atendimento no SUS às vítimas de violência sexual.
• Determina que Ministério da Saúde desenvolva ações para capacitar pessoal médico para atendimento humanizado às vítimas de violência sexual.

7.963, de 15.5.2013 • Institui Plano Nacional de Consumo e Cidadania.
• Promove a defesa do consumidor em escala nacional e cria Câmara das Relações de Consumo.

7.988, de 17.4.2013 • Regulamenta Plano Nacional de Apoio à Saúde da Pessoa com Deficiência e Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica.

• Prevê concessão de incentivos fiscais para ampliar atendimento à saúde de pessoas com deficiência e pacientes de câncer.

7.994, de 25.4.2013 • Aprova Plano Nacional de Turismo 2013-2016.
• Promove ações para ampliar competitividade do turismo nacional e incentivar brasileiros a viajar pelo País.

PROJETO DE LEI

5.196 / 2013 • Cria medidas coercitivas administrativas em defesa do consumidor.
• Confere maior efetividade às decisões das autoridades administrativas consumeristas (Procons), permitindo-lhes estabelecer medidas corretivas aos fornecedores que incorram em infrações.
• Almeja permitir que as conclusões das audiências administrativas consumeristas possam ser utilizadas pelos Juizados Especiais.

5.740 / 2013 • Autoriza a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Anater.

5.813 / 2013 • Institui o Programa de fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área da saúde – Prosus, para:
- Apoiar a recuperação econômica e financeira das entidades de saúde privadas filantrópicas e das entidades de saúde sem fins lucrativos.
- Recuperar créditos tributários e não tributários devidos à União.
- Ampliar a oferta de serviços de saúde ambulatoriais e de internação ao SUS.

INTERNACIONAL

DECRETOS DE PROMULGAÇÃO

7.953, de 12.3.2013	<ul style="list-style-type: none">Promulga o Acordo sobre Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul, para combater redes criminosas de tráfico de pessoas e institui sistema de troca de informação entre países do Mercosul.
7.993, de 24.4.2013	<ul style="list-style-type: none">Promulga a Proposta de Participação do Brasil na Quarta Recomposição dos Recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global – GEF-4, destinando U\$ 6 milhões para conservação da biodiversidade e redução dos riscos de mudanças climáticas.
7.999, de 8.5.2013	<ul style="list-style-type: none">Promulga alterações ao Acordo de Previdência Social entre Brasil e Portugal, ampliando o universo de trabalhadores dos dois países com acesso aos benefícios da previdência social.
8.000, de 8.5.2013	<ul style="list-style-type: none">Promulga o Acordo de Previdência entre Brasil e Alemanha, facilitando o acesso dos mais de 90 mil brasileiros na Alemanha a benefícios como aposentadoria, pensão por morte e auxílio-acidente.
8.003, de 15.5.2013	<ul style="list-style-type: none">Promulga o Acordo entre Brasil e Estados Unidos da América para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, instituindo mecanismo de cooperação para o combate à sonegação fiscal, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro internacional.
8.008, de 15.5.2013	<ul style="list-style-type: none">Promulga a Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis facilitando a obtenção de financiamento para bens aeronáuticos e reduzindo custos do setor.

**Esta obra foi
impressa pela
Imprensa Nacional**
SIG, Quadra 6, Lote 800
70610-460, Brasília/DF
Tiragem: 7.500 exemplares

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

planalto.gov.br

brasil.gov.br 